

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **PROJETO CASA ROSA MULHER**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal

Nº DE INSCRIÇÃO: 382/96

ÁREA: Mulher

MUNICÍPIO: Rio Branco

ESTADO: Acre

CLASSIFICAÇÃO: Finalista (destaque)

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa tem por objetivo atender meninas, adolescentes e mulheres em situação de risco pessoal e social através de atendimento integral (social, jurídico e psicológico), visando resgatar sua valorização e auto-estima, rompendo o ciclo de violência de que são vítimas e reconstruindo a sua identidade de gênero. O público-alvo consiste em crianças adolescentes e mulheres de baixa renda, em situação de violência doméstica e que vivem da prostituição.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

(x) Municipal *Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social*

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

(x) Sim

() Não

(SE SIM)

4. (x) GOVERNAMENTAIS

(x) Mesmo nível *Secretaria Municipal da Saúde; Fundação Municipal da Cultura*

(x) Outro nível *Ministério da Cultura; Ministério da Saúde; Conselho Comunidade Solidária; Universidade Federal do Acre*

4.1. Tipo de participação Governamental

() Formulação/decisão

(x) Implementação/execução

() Controle

(x) Recursos financeiros

() Outros (especificar)

5. (x) DA SOCIEDADE CIVIL:

(x) ONG *Rede Acreana de Mulheres e Homens; Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre*

() Setor privado

(x) Comunidade *Associação de Moradores*

(x) Outros *Sindicatos (Lavadeiras, Trabalhadores em Educação e Saúde), representantes de partidos políticos e de categorias profissionais (assistentes sociais e engenheiras), SESC*

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação / decisão
- Implementação / execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar)

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES *UNICEF*

6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação / decisão
- Implementação / execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar)

7. ANO DE INÍCIO

1994

8. PÚBLICO-ALVO

1.636 atendimentos (1995) - 54,5 % da clientela potencial

9. RECURSOS

R\$ 239.935,10

Fontes: Orçamentários (município) 41,68%
Governo Federal 52%
Agências Internacionais 7%

III - INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
 Não

(SE SIM)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Violência contra a mulher (violência doméstica e sexual)

Prostituição (principalmente a prostituição infantil)

12. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Atendimento Integral
 1. Assistência Jurídica;
 2. Assistência Social (discussão da situação da mulher, reestabelecimento de vínculos sociais e familiares, capacitação profissional);
 3. Saúde (prevenção a AIDS, educação sexual, planejamento familiar, amamentação).
- Sensibilização da População

13. ABORDAGEM

- Unisetorial
 Multisetorial / integral
 Outro

14. ENFOQUE

- Assistencialista
- Cidadania passiva
- Cidadania ativa

Por que?

Porque o programa nasceu de uma iniciativa popular, havendo participação da sociedade civil em sua formulação e em sua implementação. Além disto, o programa procura propiciar a emancipação das adolescentes e mulheres atendidas, estimulando a reflexão crítica sobre sua situação e fornecendo instrumentos para que se tornem “sujeitos” de suas próprias vidas. O programa, ao lado do apoio de caráter imediato, oferece informações e elementos para discussão sobre direitos e identidade feminina, sobre saúde e capacitação profissional, estimulando a discussão e apropriação destes conteúdos pelas meninas e mulheres atendidas.

15. O programa responde a movimento social na localidade de sua implantação?

- Sim

Ter um espaço de atendimento à mulher era uma proposta do movimento de mulheres em Rio Branco desde a década de 80, preocupado com os altos índices de violência física e sexual contra a mulher no município. Em 92, mulheres representando diversos segmentos sociais reuniram-se com o objetivo de discutir políticas públicas direcionadas à mulher e propuseram a criação de um Departamento de Apoio aos Direitos da Mulher que teria como uma de suas atribuições a criação de uma Casa da Mulher, para apoio às vítimas da violência.

- Não

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

- Sim

A questão da violência contra a mulher integra, desde o final dos anos 70, a agenda dos movimentos de mulheres e do movimento feminista no Brasil, tendo dado origem às primeiras políticas públicas voltadas especificamente as mulheres no quadro de democratização do país (criação de Delegacias de Mulheres em diversos estados a partir de 1982). A situação de meninas de rua e a prostituição infantil constituem outro ponto priorizado por movimentos ligados a questão de gênero.

- Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **PROJETO MENINAS DE SANTOS**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria da Ação Comunitária - Prefeitura
Municipal

Nº DE INSCRIÇÃO: 262/96

ÁREA: Criança e Adolescente

MUNICÍPIO: Santos

ESTADO: São Paulo

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa tem por objetivo atender crianças e adolescentes do sexo feminino, em situação de risco social e pessoal - vítimas de exploração sexual ou em risco de prostituição. Na sede onde se desenvolve, denominada de “Casa Trem”, essas adolescentes participam de Oficinas de Beleza, de Sexualidade, de Artes Plásticas e de Teatro, além de desenvolverem atividades esportivas. O programa procura reverter os altos índices de evasão escolar detectados entre esta população, promovendo acesso ou regresso à escola, permanência na escola e sucesso escolar. Através de atendimento às famílias, procura-se também propiciar a reintegração das meninas à família. Às adolescentes são oferecidos ainda cursos profissionalizantes que lhes possibilitem posteriormente ingressarem no mercado de trabalho.

Segundo informações do próprio programa, o principal objetivo do projeto é “valorizar a auto-estima com o objetivo de integrar as dimensões corporal, afetiva e intelectual. Esta valorização é imprescindível para o início do processo pedagógico e da elevação da condição feminina”. O programa tem por base a noção de direitos, procurando aplicar o Estatuto da Criança e do Adolescente no Município.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

(x) Municipal *Secretaria de Ação Comunitária*

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

Sim

Não

(SE SIM)

4. GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível *Secretaria da Saúde e Secretaria da Educação*

Outro nível

4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (Recursos materiais)

5. DA SOCIEDADE CIVIL:

ONG

Setor privado *Empresários locais, PUC-Santos*

Comunidade

Outros

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar)

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES

UNICEF

6.1. Tipo de participação destas instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar)

7. ANO DE INÍCIO

1993

8. PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes do sexo feminino em situação de risco pessoal e social.

Atendidas (1996) - 242 meninas

9. RECURSOS

R\$ 189.600,00

Fontes: orçamento municipal

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

(SE SIM)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Crianças e adolescentes (meninas)

12. ESTRATÉGIA DE AÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Atendimento integral
 - Oficina de Beleza, com busca à auto-valorização;
 - Oficina de Sexualidade;
 - Assitência psicológica;
 - atendimentos Familiares;
 - Artes plásticas;
 - Oficina de Teatro;
 - Atividades esportivas;
 - Acompanhamento médico e odontológico;
 - Acompanhamento escolar;
 - Cursos profissionalizantes.

13. ABORDAGEM

Unisetorial

Multisetorial/integral

Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

14. ENFOQUE

- Assistencialista
- Cidadania passiva
- Cidadania ativa

Por que?

Porque o projeto procura capacitar meninas em situação de risco para o exercício da cidadania, transmitindo-lhes a noção de seus direitos e procurando reinseri-las socialmente de forma a que sejam capazes de “*deixar a situação de vítima, assumindo a de sujeito*”. Como resultado desta orientação, aumentou a frequência à escola, reduziu-se o uso de drogas, aumentou o convívio com as famílias e um número crescente de meninas passou a encaminhar reivindicações aos Conselhos Tutelares.

15. O programa responde a movimento social na localidade em que foi implantado?

- Sim

Em 1991, constituiu-se em Santos o primeiro grupo de meninos e meninas de Santos, iniciativa de cerca de duas dezenas de crianças e adolescentes em situação de rua então vivendo no município. O programa incorpora reivindicações deste grupo, procurando efetivar no município Estatuto da Criança e do Adolescente. Contribuiu também para a implantação do Programa a articulação de profissionais das áreas de Saúde (incluindo o prefeito e o Secretário), Assistência Social e Educação, comprometidos com a filosofia da atenção integral.

- Não

16. O programa envolve questões colocados por movimentos de mulheres (Brasil)?

- Sim

A reivindicação de políticas públicas dirigidas a crianças sempre esteve presente nos movimentos de mulheres ou nos movimentos sociais em que a presença destas era expressiva (as mulheres nos movimentos). Além disto, mais recentemente, na pauta de reivindicações de movimentos ligados à questão de gênero inclui-se a relativa ao atendimento de meninas de rua (PINTO, Mara D. Biasi. Ferrari. Apresentação. *Trabalhando para mulheres*. In IBAM. Mulher e Políticas Públicas. Rio de Janeiro, IBAM / UNICEF, 1991. P.111-117)

- Não

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

FICHA ANALÍTICA

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **CENTRO DE TREINAMENTO EM ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER - ESPAÇO MULHER**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde

Nº DE INSCRIÇÃO: 507/96

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Rio de Janeiro

ESTADO: Rio de Janeiro

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde com o objetivo de treinar e capacitar profissionais para ações técnicas e educativas na área de saúde da mulher, tendo como diretriz o PAISM - Programa de Ação Integral à Saúde da Mulher. O programa adota uma metodologia participativa, tanto nos cursos e treinamentos dirigidos às profissionais, como nas ações educativas voltadas às mulheres. Além de cursos e treinamento na área da saúde da mulher, o Espaço Mulher presta assessoria metodológica para instituições na área de saúde e educação, e supervisiona as unidades da rede municipal de saúde.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

(x) Municipal *Secretaria Municipal da Saúde*

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

(x) Sim

() Não

(SE SIM)

4. (x) GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível

Outro nível *Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde*

4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (especificar)

5. DA SOCIEDADE CIVIL:

ONG

Setor privado

Comunidade

Outros (especificar)

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (especificar)

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1993

8. Público-alvo

Atingidos até 1995 (dez) - 179 profissionais

9. Recursos

Informações não disponíveis

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

(x) Sim

() Não

(SE SIM)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde da Mulher

12. ESTRATÉGIA E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Cursos e treinamento para profissionais que lidam com a saúde da mulher;
- Assessoria metodológica para instituições da área da saúde e educação; e
- Supervisão das unidades da rede municipal de saúde.

13. ABORDAGEM

() Unisetorial

() Multisetorial/integral

(x) Outro *O programa atua predominantemente no setor da saúde, mas envolve também atividades na área de educação.*

14. ENFOQUE

() Assistencialista

Cidadania passiva

Cidadania ativa

Por que?

Porque, incorpora a noção de direitos de cidadania, tem como foco uma questão priorizada por movimentos de mulheres a atenção integral - e adota uma metodologia participativa. Através da capacitação de profissionais, pretende ter uma orientação “emancipatória”, que enfatize a transformação das mulheres em sujeitos.

15. Programa resulta de movimento social?

Sim

Não

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

O atendimento integral à saúde da mulher inclui-se entre as prioridades dos movimentos e organizações ligadas a gênero, mais recentemente definindo-se como meta a implantação efetiva do PAISM. O programa analisado se insere na perspectiva de implantação do PAISM, ao se voltar à capacitação de profissionais para a atenção integral à saúde da mulher.

Não

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **PROJETO CASULO**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal

Nº DE INSCRIÇÃO: 392/96

ÁREA: Criança e Adolescente e Mulher

MUNICÍPIO: São José dos Campos

ESTADO: São Paulo

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa tem por objetivos diminuir a mortalidade materno-infantil; humanizar o atendimento à gestante de risco, através do apoio multidisciplinar; criar um banco de coleta, transporte e armazenamento do leite materno; estimular o aleitamento materno precoce e sua manutenção pelo maior tempo possível; identificar o recém-nascido de risco, desenvolvendo um trabalho educativo junto às mães, no pós-parto imediato; sensibilizar, capacitar e atualizar os profissionais e usuários para aprimorar a qualidade do atendimento à gestante, à puérpera e ao bebê. Para atingir tais objetivos, foram criados: (1) Casa da gestante; (2) Centro de lactação; (3) Banco de leite; (4) Vigilância ao recém-nascido de risco; e (5) Núcleo de apoio multiprofissional à gestação, parto e puerpério.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- () Estadual
(x) Municipal *Secretaria da Saúde*
() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- (x) Sim
() Não

(SE SIM)

4. () GOVERNAMENTAIS

() Mesmo nível

() Outro nível

5. (x) DA SOCIEDADE CIVIL:.

(x) ONG *Instituto C&A de Desenvolvimento, Rotary, Lions, Lojas Maçonicas, etc.*

(x) Setor privado *Grupo Empresarial de Assessoria (GEA), representando diversas entidades empresariais - Associação de Construtores, das Empresas de Contabilidade etc e entidades não-governamentais ligadas ao setor privado*

(ver

ONG)

(x) Comunidade *Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselhos Tutelares*

(x) Outros *OAB*

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

() Formulação/decisão

(x) Implementação/execução

() Controle

(x) Recursos financeiros

() Outros (especificar)

6. () OUTRAS PARTICIPAÇÕES:

7. ANO DE INÍCIO

1994

8. PÚBLICO-ALVO

Clientela da rede pública de saúde (mulheres e crianças)

9. RECURSOS

R\$ 436.400,00 (anual)

Fontes: Município - 63,76%

União - 36,24%

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

(x) Sim

() Não

(SE SIM)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde materno-infantil

12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Incentivo à lactação, criação de um banco de leite, vigilância ao recém-nascido de risco e apoio multiprofissional à gestação, parto e puerpério.

13 ABORDAGEM

- Unisetorial
- Multisetorial/integral
- Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

14. ENFOQUE

- Assistencialista
- Cidadania passiva
- Cidadania ativa

Por que?

Porque procura estimular a participação no processo de redução da mortalidade materno-infantil.

15. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

- Sim
- Não Embora integre diversas entidades da sociedade civil em sua implementação, incluindo o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

- Sim

O programa incorpora uma reivindicação importante dos movimentos sociais em que a presença das mulheres se destaca (a mulher nos movimentos), relativa à saúde das crianças. Mas ainda é tributário de uma abordagem tradicional da saúde da mulher, com foco no atendimento materno-infantil (embora com um enfoque preventivo), não incorporando as propostas de atenção integral à saúde da mulher.

- Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **CENTRO DE ATENDIMENTO À MULHER -
COORDENADORIA ESPECIAL DA MULHER**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura do Município

Nº DE INSCRIÇÃO: 380/96

ÁREA: Mulher

MUNICÍPIO: Londrina

ESTADO: Paraná

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O Centro de Atendimento à Mulher, programa da Coordenadoria Especial da Mulher, busca, por intermédio de serviços especializados de apoio psicopedagógico, social e jurídico, diminuir o índice de violência contra a mulher e garantir o pleno exercício de seu papel de cidadãs. O programa se dirige especialmente a mulheres pobres, moradoras da periferia e da zona rural, tendo em vista o resgate de sua integridade e sua valorização. O Centro de Atendimento investe ainda na organização de mulheres *“como forma de enfrentamento dos graves problemas gerais vividos pela comunidade e dos oriundos da discriminação de gênero”*.*

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

(x) Municipal *Coordenadoria Especial da Mulher*

() Outros (especificar)

* Documento produzido pelo Centro de Atendimento para o Programa Gestão Pública e Cidadania.

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

Sim

Não

(SE SIM)

4. GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível *Autarquia do Serviço Municipal de Saúde, Poder Judiciário, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Ação Social, Secr. Municipal de Agricultura e Abastecimento, Comitê Intersetorial de Saúde da Mulher e outras Secretarias.*

Outro nível *Universidade Estadual de Londrina, Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania*

4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (Recursos materiais)

5. (x) DA SOCIEDADE CIVIL:

(x) ONG *Comitê da Ação e da Cidadania contra a Fome e a Miséria*

() Setor privado

(x) Comunidade *Clube das Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal da Criança e Adolescente, Conselho Municipal do Trabalho e Desenvolvimento, Comissão de Gênero, Comitê da Ação e da Cidadania contra a Fome e a Miséria, Associações de Moradores, Associações de Trabalhadoras, entre outros.*

(x) Outros *Sindicatos, Associações de Classes*

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

(x) Formulação/decisão

(x) Implementação/execução

() Controle

() Recursos financeiros

() Outros (especificar)

6. () OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1993

8. PÚBLICO-ALVO

Atendimento mensal: 570 mulheres

Mulheres de baixa renda

9. RECURSOS

R\$ 352.479,79 (1985)

Fontes: Município - 98,91% (0,38% da receita orçamentária)
Estado - 1,09%

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

(SE SIM)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Violência contra a mulher

12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Atenção Integral
 - a) Assistência Jurídica;
 - b) Apoio Psicopedagógico;
 - c) Apoio Social.
 - d) Apoio à organização das mulheres
 - e) Cursos Profissionalizantes
 - f) Alfabetização de Adultos
 - g) Oficina de Tecelãs
 - h) Centro de Documentação e Pesquisa da Mulher
 - i) Oficina de Serigrafia
 - j) Núcleo de Estudos de Gênero
 - k) Atenção à Mulher Adolescente
 - l) Atenção à Mulher na 3ª Idade

13. ABORDAGEM

Unisetorial

Multisetorial/integral

Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

14. ENFOQUE

Assistencialista

Cidadania passiva

Cidadania ativa

Por que?

Porque o programa procura, através da atenção integral à mulher, capacitá-la para exercer plenamente a cidadania, rompendo sua situação de vítima da violência e discriminação, sem, no entanto, conduzi-la à condição de tutelada. Por outro lado, o programa consiste em “*resposta aos antigos anseios e lutas da população feminina*”, e procura incorporar entidades da sociedade civil em sua implementação, dentre as quais algumas diretamente ligadas à problemática de gênero, como o Clube de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato.

15. Programa resulta de movimento social na localidade em que foi implantado?

Sim

Documento do programa afirma que este constitui resposta a luta de mulheres de Londrina.

Não

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

A questão da violência contra a mulher tem mobilizado as mulheres e constituído uma das prioridades de movimentos ligados a gênero no Brasil desde o final dos anos 70.

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER -
DST/AIDS**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Estadual da Saúde

Nº DE INSCRIÇÃO: 629/96

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: São Paulo

ESTADO: São Paulo

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O Programa de Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis está vinculado ao Programa de Saúde da Mulher e tem por objetivo “garantir às mulheres uma abordagem que insere as relações de gênero enquanto condicionantes da vulnerabilidade feminina frente às DST”. Procura-se “quebrar a cadeia de transmissão o mais rápido possível”, aproveitando-se a estrutura de atendimento já existente para realização de diagnóstico, prevenção e encaminhamento para tratamento.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

(x) Estadual *Centro de Saúde Escola Barra Funda*

() Municipal

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

(x) Sim

() Não

(SE SIM)

4. GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível *Coordenadoria de Saúde da Mulher e Centro de Referência DST/AIDS*

Outro nível

4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros

5. DA SOCIEDADE CIVIL:

ONG

Setor privado

Comunidade

Outros (especificar)

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (especificar)

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES: (especificar)

7. ANO DE INÍCIO

1995

8. PÚBLICO-ALVO

Mulheres atendidas pelo Centro de Saúde.

9. RECURSOS

Não há informações disponíveis.

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

(SE SIM)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde da mulher

12. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Realização de exames ginecológicos;
- Orientação médica;
- Atividades de orientação e reflexão como estratégia de prevenção.

13. ABORDAGEM

Unisetorial

Multisetorial/integral

Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

14. ENFOQUE

- Assistencialista
- Cidadania passiva
- Cidadania ativa

Por que?

O programa procura garantir o direito à saúde e possibilitar às mulheres interferirem no ciclo de transmissão de doenças transmissíveis sexualmente a partir do acesso a informações e da realização de grupos de orientação e reflexão.

15. Programa resulta de movimento social na localidade de sua implantação?

- Sim
- Não

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

- Sim

O programa responde a questões relativas à saúde da mulher e à sexualidade. Embora de foco restrito (focalização é atribuída à oportunidade de “quebrar a cadeia de transmissão” das DST), procura manter a filosofia e os princípios da atenção integral, expressos no PAISM. O alcance é limitado por se restringir a um único Centro de Saúde.

- Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **ARTE PARA CRIAR**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal

Nº DE INSCRIÇÃO: 079/96

ÁREA: Geração de Empregos e Treinamento para o Trabalho

MUNICÍPIO: Indaiatuba

ESTADO: São Paulo

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa visa, por intermédio do trabalho sócio-educativo, a estimular novas opções de geração de renda a partir do desenvolvimento de potencial dos indivíduos através de orientações básicas e técnicas de pintura em tecido.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- () Estadual
- (x) Municipal
- () Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- () Sim
- (x) Não¹

7. ANO DE INÍCIO

1991

8. PÚBLICO-ALVO

Mulheres de baixa renda

¹ Em função desta resposta negativa as questões de 4 a 6 foram eliminadas.

9. RECURSOS

Não há dados disponíveis

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

(x) Sim

() Não

(SE SIM)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Geração de emprego e renda e treinamento para o trabalho

12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Orientações básicas e ensino de técnicas de pintura em tecido;
- Criação de mini-cooperativa de pintura em tecido;
- Venda dos trabalhos para a comunidade.

13. ABORDAGEM

(x) Unisetorial

() Multisetorial/integral

() Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

14. ENFOQUE

- Assistencialista
- Cidadania passiva
- Cidadania ativa

Por que?

O programa incorpora parcialmente um discurso emancipador e envolve a criação de cooperativas, prevendo a autonomia posterior da clientela atendida. A questão que precisaria ser verificada diz respeito ao potencial efetivamente emancipador das atividades selecionadas - atividades manuais tradicionais, ligadas ao papel feminino.

15. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

- Sim
- Não

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

- Sim

Uma das propostas do Seminário sobre políticas públicas municipais e a questão de gênero, realizado em 1989, consistia na de relativa à necessidade de se apoiarem programas de capacitação e organização de mulheres, visando a criação de empregos permanentes e o incremento da renda familiar.(PINTO, Mara D. Biasi. *op.cit.*)

- Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **COORDENADORIA ESPECIAL DA MULHER**
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal (Gabinete do Prefeito)
Nº DE INSCRIÇÃO: 383/96
ÁREA: Mulher
MUNICÍPIO: Angra dos Reis
ESTADO: Rio de Janeiro
CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa tem o objetivo de elaborar e executar ações político-administrativas sob a ótica de gênero no âmbito do governo e junto à organização das mulheres no município, objetivando incrementar alguns serviços existentes bem como realizar trabalhos sócio-educativos que promovam discussões sobre a condição feminina e os seus direitos na sociedade. O programa tem por finalidade atuar junto às Secretarias de Educação, Saúde e Habitação e Desenvolvimento Social, elaborando projetos e colaborando em ações governamentais que melhorem a qualidade de vida das mulheres.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- () Estadual
(x) Municipal *Gabinete do Prefeito*
() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- (x) Sim
() Não

(SE SIM)

4. (x) GOVERNAMENTAIS

- (x) Mesmo nível *Secretarias da Saúde, Educação e Habitação e Desenvolvimento Urbano*
- (x) Outro nível *CEDIM - Conselho dos Direitos da Mulher, do governo do Estado do Rio de Janeiro, Fórum Sul Fluminense de Combate à Violência Contra a Mulher (entidade intermunicipal)*

4.1. TIPO DE PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL

- (x) Formulação/decisão
- (x) Implementação/execução
- () Controle
- () Recursos financeiros
- () Outros (Recursos materiais)

5. (x) DA SOCIEDADE CIVIL

- (x) ONG *Grupo de Consciência Negra Yla-Dudu*
- () Setor privado
- (x) Comunidade *Clube de Mães*
- (x) Outros *Comissão Permanente da Mulher Advogada/OAB, Serviço de Paz e Justiça, Pastoral da Igreja Católica*

5.1. TIPO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar)

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES

- Sim
- Não

7. ANO DE INÍCIO

1993

8. PÚBLICO-ALVO

População feminina do município (não há dados mais precisos)

9. RECURSOS

Dados não disponíveis

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

(SE SIM)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Políticas públicas e gênero (Saúde, Educação, Segurança)

Violência

Direitos da mulher

12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- ATUAÇÃO INTEGRADA E MULTISSETORIAL

- Saúde da mulher (atenção integral - PAISM):
 - 1.- Criação do Comitê de Mortalidade Infanto-Juvenil;
 - 2.- Campanha de prevenção do câncer de mama e uterino;
 - 3.- Reforço das ações educativas referentes ao PAISM;
- Educação
 - 1.- Projeto de orientação sexual na rede municipal de ensino;
 - 2.- Capacitação da educação diferenciada de gênero;
- Combate à violência
 1. - Campanha educativa de combate à violência contra a mulher;
 2. - Articulação do Fórum da Região Sul Fluminense de Combate à Violência Contra a Mulher;
 3. - Assistência Judiciária
 4. - Articulação de instituições públicas como Delegacias de Polícia e órgãos do Poder Judiciário
- Atividades junto a grupos de mulheres (projeto: “Mulher Cidadã: Saúde, Educação e Trabalho”)
- Palestras

13. ABORDAGEM

- Unisetorial
- Multisetorial/integral
- Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

14. ENFOQUE

- Assistencialista
- Cidadania passiva
- Cidadania ativa

Por que?

Porque inclui a mulher na formulação e implementação do programa. Além disto, a Coordenadoria Especial da Mulher pretende contribuir para a extensão de direitos da mulher através da inclusão da questão de gênero em políticas públicas do município. O programa procura estimular ainda a emancipação das mulheres através de trabalhos com grupos de mulheres (*objetivando... realizar um trabalho sócio-educativo no sentido de promover uma discussão sobre a condição feminina e os seus direitos em nossa sociedade*).

15. Programa responde a movimento social na localidade em que foi implantado?

- Sim
- Não

16. Programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

- Sim *Violência, Saúde, Educação*
- Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **VÍDEO EDUCATIVO - A HISTÓRIA COMUM DOS HOMENS/ SERVIÇO DE ATENDIMENTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social

Nº DE INSCRIÇÃO: 381/96

ÁREA: Mulher

MUNICÍPIO: Angra dos Reis

ESTADO: Rio de Janeiro

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa procura oferecer apoio psicossocial e orientação jurídica às mulheres que vivenciam situações de violência, bem como realizar trabalhos sócio-educativos que possam ampliar a discussão sobre o tema em questão. O vídeo se destina a apresentar o serviço e estimular o debate sobre violência doméstica, trazendo esta questão para a esfera pública.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

(x) Municipal *Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social*

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

(x) Sim

() Não

(SE SIM)

4. GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível *Coordenadoria de Mulheres*

Outro nível *Forum Permanente de Combate à violência da Região do Litoral Sul Fluminense (intermunicipal)*

4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (Recursos materiais)

5. DA SOCIEDADE CIVIL:

ONG

Setor privado

Comunidade *Clube de Mães*

Outros *Comissão Permanente da Mulher Advogada/OAB*

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (especificar)

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES

() Sim

(x) Não

7. ANO DE INÍCIO

1994

8. PÚBLICO-ALVO

Mulheres do município (Não há dados adicionais).

9. RECURSOS

Dados não disponíveis

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

(x) Sim

() Não

(SE SIM)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Violência doméstica

12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO
 - Realização do vídeo “ A História Comum dos Homens”

13. ABORDAGEM

- Unisetorial
- Multisetorial/integral *Assistência jurídica e psicossocial*
- Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

14. ENFOQUE

- Assistencialista
- Cidadania passiva
- Cidadania ativa

Por que?

Porque o programa visa prestar atendimento à mulher vítima da violência doméstica e suscitar discussões que abordem valores, preconceitos e crenças sobre a questão, estimulando, portanto, uma postura ativa por parte das mulheres. Pretende ainda sensibilizar outras instituições que lidam com esta temática para de fato criarem mecanismos que combatam a violência contra a mulher.

15. Programa responde a movimento social na localidade em que foi implantado?

- Sim *Forum Permanente de Combate à Violência do Litoral Sul Fluminense*
- Não

16. Programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

- Sim
- Dentre as questões priorizadas por movimentos ligados a questão de gênero, inclui-se a da violência doméstica.
- Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA MEU FILHO, MINHA VIDA**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal

Nº DE INSCRIÇÃO: 113/96

ÁREA: Mulher

MUNICÍPIO: Escada

ESTADO: Pernambuco

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

Programa de assistência média à gestante e ao recém-nascido, destinando-se à população carente do Município. Parte das mulheres atendidas pelo programa, já com vários filhos, nunca tinham tido acesso a exame pré-natal. O programa conseguiu reduzir em 19,54% a mortalidade infantil no Município de Escada.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

(x) Municipal *Prefeitura Municipal*

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

() Sim

(x) Não²

² Em função desta resposta negativa as questões de 4 a 6 foram eliminadas.

7. ANO DE INÍCIO

1995

8. PÚBLICO-ALVO

Gestantes e recém-nascidos que integram a população carente do município (a maior parte se situa abaixo da linha da pobreza).

9. RECURSOS

Não há informações disponíveis.

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

(x) Sim

() Não

(SE SIM)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde materno-infantil

12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Realização de exames pré-natais e de ultrassonografia;
- Aplicação de vacinas;
- Auxílio alimentar;
- Auxílio para a aquisição de enxoval e de berço;
- Orientação sobre o aleitamento materno;
- Realização de campanhas preventivas.

13. ABORDAGEM

- Unisetorial
- Multisetorial/integral
- Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

14. ENFOQUE

- Assistencialista
- Cidadania passiva

Por que?

Porque está baseado em uma relação assimétrica, em que a população é simples destinatária dos serviços.

Por outro lado, introduz benefícios evidentes para a população-alvo, reduzindo a mortalidade infantil.

- Cidadania ativa

15. Programa resulta de movimento social na localidade em que foi implantado?

- Sim
- Não

16. Programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

- Sim

A saúde da mulher e de seus filhos integra pauta de movimentos reivindicatórios de mulheres desde os anos 70 e faz parte também da agenda de movimentos ligados à questão de gênero definida a partir dos anos 80. Mas o programa em questão ainda se insere na abordagem tradicional dos programas de saúde da mulher, que “*restringe a atenção aos períodos de gestação, parto e puerpério*”, não incorporando a filosofia do PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, criado em 1986 (CARRANZA, Maria. *Saúde reprodutiva da mulher brasileira*. IN: SAFFIOTTI, Heleieth I.B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica. *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/NIPAS; Brasília, UNICEF. p.96)

- Não

FICHA ANALÍTICA

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **MULHERES ORGANIZANDO SUAS VIDAS
ASSOCIAÇÃO PRODUTIVA ARTESANAL**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Educação

Nº DE INSCRIÇÃO: 072/96

ÁREA: Mulher

MUNICÍPIO: Olinda

ESTADO: Pernambuco

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa visa implementar e assegurar ações da Associação Produtiva e Artesanal das Mulheres de Aguazinha tendo em vista a busca de alternativas de produção que atendam às necessidades de sobrevivência digna de mulheres e suas respectivas famílias. As mulheres atendidas são mães de “pequenos tropeiros” que sobreviviam do “lixão” de Aguazinha, bairro de Olinda.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

(x) Municipal *Secretaria da Educação*

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

(x) Sim

() Não

(SE SIM)

4. () GOVERNAMENTAIS

() Mesmo nível

() Outro nível

4.1. Tipo de participação Governamental

() Formulação/decisão

() Implementação/execução

() Controle

() Recursos financeiros

() Outros (Recursos materiais)

5. (x) DA SOCIEDADE CIVIL:

() ONG

() Setor privado

(x) Comunidade *Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Olinda*

() Outros

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

(x) Formulação/decisão

() Implementação/execução

() Controle

() Recursos financeiros

() Outros (especificar)

6. () OUTRAS PARTICIPAÇÕES: (especificar)

7. ANO DE INÍCIO

1993

8. PÚBLICO-ALVO

Mães de crianças atendidas por programa anterior “Reciclando com crianças”, destinado aos “pequenos tropeiros” que viviam do lixão de Aguazinha.

Atendidas pelo programa: 25 mulheres.

9. RECURSOS

Informações não disponíveis.

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

(SE SIM)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Geração de emprego e renda

12. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Introdução de atividades produtivas (como alimentos, estamparia e artesanato);
- Criação de uma associação de mulheres.

13. ABORDAGEM

Unisetorial

Multisetorial/integral

Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

14. ENFOQUE

Assistencialista

Cidadania passiva

Cidadania ativa

Por que?

Porque o programa procurou envolver as mulheres desde a estruturação da associação, até a realização efetiva de atividades geradoras de renda, permitindo o exercício de sua cidadania.

15. Programa resulta de movimento social na localidade de sua implantação?

Sim

Não

16. Programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Os movimentos ligados à questão de gênero têm destacado a importância do reconhecimento do trabalho da mulher, inclusive de suas atividades não domésticas. O programa, ao se voltar à geração de renda de mulheres, responde a esta questão. Mas reflete outra questão posta pelos movimentos ligados à questão de gênero, relativo à femininização da pobreza: sendo parte significativa da população de baixa renda é composta por mulheres e seus filhos, composição que os programas sociais tradicionais não reconheciam, excluindo as “mulheres chefes de família” do atendimento estatal.

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **CASA ELIANE DE GRAMMONT**
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal do Governo
Nº DE INSCRIÇÃO: 378/96
ÁREA: Mulher
MUNICÍPIO: São Paulo
ESTADO: São Paulo
CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa tem por objetivos:

- 1) Oferecer atendimento multiprofissional (social, psicológico e jurídico) às mulheres em situação de violência;
- 2) Atuar em uma linha preventiva e de sensibilização da população para a questão da violência contra a mulher;
- 3) Promover processos de formação, treinamento e reciclagem de profissionais da Administração Municipal que atuem com mulheres.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

(x) Municipal *Coordenadoria Especial da Mulher da Secretaria do Governo*

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

() Sim

(x) Não³

7. ANO DE INÍCIO

1990

8. PÚBLICO-ALVO

Mulheres adultas em situação de violência

9. RECURSOS

Informações não disponíveis

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

(x) Sim

() Não

(SE SIM)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Violência contra a mulher

³ Em função desta resposta negativa as questões de 4 a 6 foram eliminadas.

12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. Atendimento multiprofissional através de abordagens individuais ou grupais;
2. Sensibilização da população através de seminários, debates e publicação de cartilhas e folhetos;
3. Formação, treinamento e reciclagem de profissionais da administração municipal que atuam no atendimento a mulheres.

13. ABORDAGEM

- Unisetorial
- Multisetorial/integral
- Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

14. ENFOQUE

- Assistencialista
- Cidadania passiva
- Cidadania ativa

Por que?

Porque o programa se baseia em um atendimento multiprofissional que oferece às mulheres a possibilidade de refletirem sobre as situações de violência a que estão expostas, inclusive a violência doméstica, de forma a que estas possam encontrar alternativas que lhes garantam a recuperação da dignidade. Trata-se de um programa que, além do apoio emergencial a vítimas de violência, procura garantir-lhes condição de superação da situação em que a violência emerge.

15. Programa resulta de movimento social na localidade em que foi implantado?

- Sim

Movimento da sociedade civil surgido a partir de um caso de violência doméstica que culminou na morte de uma mulher (Eliane de Gramont).

- Não

16. Programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Programa volta-se à questão da violência contra as mulheres, uma das prioridades do movimento ligado a gênero no país.

Não

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **CENTRO INTEGRAL DE ATENDIMENTO À MULHER -
CASA DA MULHER BERTHA LUTZ**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde

Nº DE INSCRIÇÃO: 384/96

ÁREA: Mulher

MUNICÍPIO: Volta Redonda

ESTADO: Rio de Janeiro

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa procura melhorar a qualidade de vida das mulheres do município através da formulação, execução e coordenação de políticas públicas que promovam o fim da discriminação e a igualdade entre homens e mulheres. A casa Bertha Lutz desenvolve ações de assistência, organização e prevenção nas áreas de saúde, violência e sexualidade, além de procurar garantir no plano diretor do município a incorporação da questão de gênero, através do “Plano Municipal de Direitos da Mulher”.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

(x) Municipal *Secretaria Municipal de Saúde*

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

(x) Sim

() Não

(SE SIM)

4. GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível

Outro nível *(CEDIM - Conselho dos Direitos da Mulher - Governo do Estado do Rio de Janeiro e CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher)*

4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (Recursos materiais)

5. DA SOCIEDADE CIVIL:

ONG

Setor privado

Comunidade *Grupos de Mulheres, Organização Popular de Mulheres*

Outros (especificar)

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar)

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES: (especificar)

7. ANO DE INÍCIO

1993

8. PÚBLICO-ALVO

Mulheres do município

9. RECURSOS

Informações não disponíveis

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

(SE SIM)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Discriminação contra a mulher

Violência contra a mulher

Saúde da mulher

Incorporação da questão de gênero pelas políticas públicas

12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Instalação do Núcleo de Atendimento à Mulher em Delegacia de Polícia do Município;
- Instalação do Forum de Combate à Violência contra à Mulher da Região Sul Fluminense;
- Criação do Centro Municipal de Saúde da Mulher;
- Realização de encontros e debates sobre diversos temas;
- Atendimento social, psicológico e jurídico;
- Orientação sexual para adolescentes;
- Garantia do “Plano Municipal de Direitos da Mulher”.

13. ABORDAGEM

() Unisetorial

(x) Multisetorial/integral

() Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

14. ENFOQUE

Assistencialista

Cidadania passiva

Cidadania ativa

Por que?

Porque o programa, baseado no tripé “assistência - organização - prevenção”, baseia-se claramente na noção de direitos da mulher e se volta ao resgate destes direitos, envolvendo a participação das mulheres no próprio programa e nas decisões relativas a cada uma das áreas que focaliza (violência, saúde, etc.)

15. Programa responde a movimento social na localidade de sua implantação?

Sim

O que é sugerido pela presença de organizações de mulheres na formulação e implementação do programa.

Não

16. Programa responde a questão levantada por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

O programa integra diversas das questões incluídas na agenda dos movimentos ligados a gênero no país. Em primeiro lugar, inclui temas críticos, como saúde e violência. Em segundo incorpora uma abordagem integral, proposta também pelos movimentos e, finalmente, adota uma perspectiva de incorporação da questão de gênero às diversas políticas públicas, tendência mais recente na área.

Não

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **MÃE CORUJA - PROGRAMA DE INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal da Saúde

Nº DE INSCRIÇÃO: 534/96

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Joinville

ESTADO: Santa Catarina

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa é fruto de uma iniciativa conjunta das Secretarias Municipais de Saúde e Educação e tem por finalidade colocar em prática um sistema de estímulo ao aleitamento materno. Professores das escolas públicas e voluntários foram treinados para levar informações sobre o aleitamento materno às salas de aula. Para motivar os alunos, foi lançado o concurso “Mãe Coruja” de desenhos, frases e redações sobre a amamentação. A partir da escola, toda a cidade foi mobilizada pelo programa, que atingiu resultados excelentes: 96% das mães passaram a amamentar seus filhos (51% é o índice de amamentação exclusiva ao seio para crianças até 4 meses - sendo de 30% o índice nacional; e 27% o índice de aleitamento exclusivo até 6 meses - sendo de 6% o índice nacional).

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- () Estadual
- (x) Municipal *Secretaria da Saúde*
- () Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- (x) Sim
- () Não

(SE SIM)

4. GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível *Maternidade Darcy Vargas (iniciativa) e Secretaria da Educação*

Outro nível

4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (especificar)

5. DA SOCIEDADE CIVIL:

ONG

Setor privado *Instituição bancária*

Comunidade *Alunos de Escolas Públicas Municipais*

Outros (especificar)

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (especificar)

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES

7. ANO DE INÍCIO

1995

8. PÚBLICO-ALVO

Gestantes

9. Recursos

Informação não disponível

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

(x) Sim

() Não

(SE SIM)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde infantil

12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Campanha de Estímulo ao aleitamento materno
 1. Treinamento de professores e voluntários para a divulgação do programa;
 2. Promoção de concursos de frases e desenhos sobre o aleitamento materno;
 3. Acompanhamento.

13. ABORDAGEM

() Unisetorial

() Multisetorial/integral

(x) Outro Articula dois setores: Saúde e Educação

14. ENFOQUE

Assistencialista

Cidadania passiva

Por que?

A proposta de estímulo ao aleitamento decorre do reconhecimento do direito à saúde por parte da população infantil. O programa envolve, por outro lado, profissionais de educação e alunos da rede pública como agentes de divulgação dos benefícios do aleitamento. No entanto, trata-se de uma iniciativa do Estado voltada à “educação da população”, que recebe um conteúdo já pronto, numa relação de caráter ainda do tipo da mulher e da criança”vertical”.

Cidadania ativa

15. Programa resulta de movimento social na localidade de sua implantação?

Sim

Não

16. Programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

O programa, embora diga respeito a uma esfera de preocupação prática de movimentos de mulheres no país - Saúde dos filhos - não corresponde a uma questão colocada por movimento de mulheres ou por movimentos feministas. Na verdade, o programa tem um caráter tradicional ao restringir-se a uma dimensão isolada da saúde infantil ou materno-infantil, sem a abordagem integral proposta pelos movimentos feministas tanto no que se refere à Saúde da Mulher como à atenção à criança e ao adolescente.

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **NÚCLEO DE ENSINO, ASSISTÊNCIA E PESQUISA NA
REABILITAÇÃO DE MASTECTOMIZADAS (REMA)**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Universidade de São Paulo - Escola de
Enfermagem

de Ribeirão Preto

Nº DE INSCRIÇÃO: 523/96

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Ribeirão Preto

ESTADO: São Paulo

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa tem como objetivo prestar assistência à mulher com câncer mamário, estimulando seus papéis e habilidades dentro de seu contexto familiar e social.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

(x) Estadual *Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - USP*

() Municipal

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

(x) Sim

() Não

(SE SIM)

4. (x) GOVERNAMENTAIS

() Mesmo nível

(x) Outro nível *Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq*

4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar)

5. DA SOCIEDADE CIVIL:

- ONG
- Setor privado
- Comunidade
- Outros (especificar)

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1989

8. PÚBLICO-ALVO

Mulheres portadoras de câncer mamário, pacientes da rede municipal de saúde.

9. RECURSOS

Informação não disponível
Fontes: Secretaria Municipal de Saúde e CNPq (pesquisa)

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

(SE SIM)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde da Mulher

12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Assistência integral à mulher com câncer ginecológico e mamário.

13. ABORDAGEM

Unisetorial

Multisetorial/integral

Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

14. ENFOQUE

Assistencialista

Cidadania passiva

Cidadania ativa

Por que?

Porque, embora não envolva a participação das mulheres atendidas no próprio programa, está orientado para o estímulo à sua inserção social e familiar, resgatando sua autoestima e sua autonomia.

15. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

O programa, embora tenha seu foco restrito a uma doença específica, procura incorporar a abordagem integral proposta pelo PAISM, transcendendo o mero tratamento clínico e cirúrgico do câncer, envolvendo também atividades na área psicológica e social.

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **MATERNIDADE LEILA DINIZ**
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde
Nº DE INSCRIÇÃO: 437/96
ÁREA: Saúde
MUNICÍPIO: Rio de Janeiro
ESTADO: Rio de Janeiro
CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa visa oferecer um novo modelo de assistência ao parto, estimulando a humanização deste, através da alteração do espaço físico de atendimento à gestante e do estímulo a uma nova postura por parte dos médicos.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- () Estadual
(x) Municipal *Secretaria Municipal de Saúde*
() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- (x) Sim
() Não

(SE SIM)

4. () GOVERNAMENTAIS

- () Mesmo nível
(x) Outro nível *Ministério da Saúde*

4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar)

5. DA SOCIEDADE CIVIL:

- ONG
- Setor privado
- Comunidade
- Outros (especificar)

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1994

8. PÚBLICO-ALVO

Mulheres gestantes, atendidas no Hospital Paula Souza

9. RECURSOS

Dados não disponíveis

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

(SE SIM)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde da Mulher

12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Alteração do espaço físico
Orientação ao corpo médico

13. ABORDAGEM

- Unisetorial
- Multisetorial/integral
- Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

14. ENFOQUE

Assistencialista

Cidadania passiva

Por que?

O programa visa atender um direito básico da mulher buscando oferecer um tratamento mais humano e digno para as gestantes no momento do parto. Não estimula, no entanto, a participação das mulheres.

Cidadania ativa

15. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Embora trate-se de um programa de alcance restrito a uma única ação de saúde dirigida à mulher, ao parto, e neste sentido, aproxime-se das abordagens mais tradicionais de tratamento da saúde da mulher, com foco na gestante, o programa parece, segundo o documento do programa, incorporar um enfoque feminista ao atendimento ao parto, incorporando uma perspectiva das mulheres ao tratamento que lhes é dado por ocasião do parto. ades na área psicológica e social.

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **SISTEMA DE VIGILÂNCIA À SAÚDE DA CRIANÇA**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde

Nº DE INSCRIÇÃO: 414/96

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Rio de Janeiro

ESTADO: Rio de Janeiro

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa é de iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde para atender e acompanhar recém-nascidos e crianças até os cinco anos de idade, a fim de diminuir a mortalidade infantil. Dentre os instrumentos utilizados incluem-se a pasta do bebê, o “diploma”, a cartilha sobre o aleitamento materno, folders de orientação e o sistema de vigilância ao recém-nascido de risco.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- () Estadual
- (x) Municipal *Secretaria da Saúde*
- () Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- () Sim
- (x) Não⁴

⁴ Em função desta resposta negativa as questões de 4 a 6 foram eliminadas.

7. ANO DE INÍCIO

1995

8. PÚBLICO-ALVO

Crianças de 0-5 anos: 25.000 crianças ao ano;

Gestantes: 15.000 ao ano.

9. RECURSOS

Dados não disponíveis.

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

(x) Sim

() Não

(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde Materno-Infantil

12. ESTRATÉGIA E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Orientação ao aleitamento materno

- Vigilância aos recém-nascidos de risco

13. ABORDAGEM

(x) Unisetorial

() Multisetorial/integral

() Outro

14. ENFOQUE

Assistencialista

Cidadania passiva

Por que?

Porque, embora se baseie na noção de direitos, não envolve a mulher no programa e não parece estimular a autonomia do público alvo.

Cidadania ativa

15. O programa responde a movimento social na localidade de sua implantação?

Sim

Não

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

O programa responde a demanda clássica de movimentos sociais - a área da saúde. No entanto, é tributário da abordagem tradicional da saúde da mulher, ao focalizar exclusivamente a saúde materno-infantil. Não parece ter a perspectiva de atenção integral proposta pelo PAISM.

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **AÇÕES DE CONTRACEPÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde

Nº DE INSCRIÇÃO: 379/96

ÁREA: Mulher

MUNICÍPIO: Rio de Janeiro

ESTADO: Rio de Janeiro

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

Diante das dificuldades enfrentadas pelas mulheres de baixa renda para regular adequadamente sua fertilidade, em função da falta de conhecimento de seu próprio corpo, da dificuldade de acesso a informações relativas à contracepção e aos próprios métodos anticoncepcionais, a Secretaria da Saúde decidiu implantar um programa tendo como foco ações de contracepção.

O programa se propõe a propiciar às mulheres atendidas pela rede pública de saúde do município acesso a informações sobre métodos contraceptivos, assim como colocar os diversos tipos de anticoncepcionais à sua disposição. Através de oficinas de vivência, o programa “*permite a troca de experiências, propõe o auto-conhecimento, além de propiciar a discussão sobre métodos (contraceptivos), com a perspectiva de que essas (as mulheres) desenvolvam consciência crítica que lhes possibilite maior autonomia*”.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

(x) Municipal *Secretaria Municipal de Saúde*

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

Sim

Não⁵

7. ANO DE IMPLANTAÇÃO

1991

8. PÚBLICO-ALVO

Até 1995, o programa fora implantado em 57 das 73 Unidades Básicas de Saúde, tendo participado dos grupos educativos 13580 mulheres.

9. RECURSOS.

Não há informações disponíveis

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

(SE SIM)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde da mulher

⁵ Em função desta resposta negativa as questões de 4 a 6 foram eliminadas.

12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Realização de oficinas de vivência, que permitem a troca de experiências e o auto-conhecimento.
- Oferta de métodos contraceptivos diversificados

13. ABORDAGEM

- Unisetorial
- Multisetorial/integral
- Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

Obs. Embora unisetorial (saúde), o programa se insere em um programa de caráter integral (dentro da área de saúde) - o PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, que tem como objetivo central a “integralidade” das ações de atendimento à mulher.

14. ENFOQUE

- Assistencialista
- Cidadania passiva
- Cidadania ativa

Por que?

Porque o programa propicia a discussão sobre métodos anticoncepcionais com a perspectiva de desenvolvimento de uma consciência crítica que possibilite uma maior autonomia às mulheres. Como se lê em documento do programa, a disponibilidade dos vários métodos permite que as mulheres “*façam suas escolhas considerando os seus diferentes momentos de vida, vivências de sexualidade e singularidades*”.

Assim, embora não haja envolvimento das mulheres na concepção e implementação do programa, este se aproxima do que se entende por Cidadania Ativa, pois se orienta para a formação de cidadãs capazes de tomar decisões relativas à reprodução e sexualidade.

15. Programa responde a movimento social na localidade de implantação do programa?

() Sim

(x) Não

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

(x) Sim

A superação de uma abordagem da saúde da mulher restrita a programas materno-infantis é uma reivindicação formulada por movimentos de mulheres desde os anos 70. Dentre as propostas dos movimentos, incluía-se a separação entre reprodução e sexualidade e a atenção específica e integral à saúde da mulher. A criação do PAISM, em 1986, resultou em parte deste movimento. O programa analisado consiste em iniciativa de implantação do PAISM.

() Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **PÓLO AGROFLORESTAL**
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal
Nº DE INSCRIÇÃO: 004/96
ÁREA: Reforma Agrária
MUNICÍPIO: Rio Branco
ESTADO: Acre
CLASSIFICAÇÃO: Finalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O projeto tem como principal objetivo possibilitar que famílias de ex-seringueiros e ex-agricultores retornem ao campo (processo inverso ao do êxodo rural) para ocupação de áreas rurais subutilizadas. Para isso, foi realizada uma reforma agrária municipal e cada família beneficiada passou a produzir alimentos para o abastecimento da cidade de Rio Branco, minimizando, assim, a dependência da cidade com relação à importação de alimentos oriundos de outras regiões e gerando uma renda média mensal para as famílias entre dois e três salários mínimos.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- () Estadual
(x) Municipal *Prefeitura Municipal*
() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- (x) Sim
() Não

(SE SIM)

4. (x) GOVERNAMENTAIS

(x) Mesmo nível *Secretarias Municipal da Agricultura e Abastecimento, de Planejamento e do Bem-Estar Social*

(x) Outro nível *Ministério do Meio Ambiente, EMBRAPA, UFAC, SUDAM, EMATER, Comunidade Solidária.*

4.1. Tipo de participação Governamental

(x) Formulação/decisão

(x) Implementação/execução

() Controle

(x) Recursos financeiros

(x) Outros (especificar) *Apoio técnico*

5. (x) DA SOCIEDADE CIVIL:

(x) ONG *PESACRE*

() Setor privado

(x) Comunidade *Associação dos Produtores do Pólo Agroflorestal*

(x) Outros *Sindicato dos Pequenos Produtores e Assalariados de Rio Branco, CPT*

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros *Assistência Técnica, Cursos e Treinamentos, Monitoramento, Pesquisa*

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1993

8. PÚBLICO-ALVO

200 famílias de ex-seringueiros e de ex-produtores rurais da periferia de Rio Branco.

9. RECURSOS

R\$ 96.000,00 anuais

Fontes: Ministério do Meio Ambiente, SUDAM e prefeitura.

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Reforma Agrária

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

O programa desenvolve algumas atividades dirigidas especificamente às mulheres. São oferecidos cursos sobre aproveitamento de alimentos “*para as mulheres do Pólo*”, tendo sido inaugurada em fevereiro de 1996 uma cozinha semi-industrial, destinada sobretudo às mulheres. Trata-se de atividades que se baseiam nas funções tradicionalmente assumidas pelas mulheres.

Não há referência nos documentos do programa ao atendimento de famílias chefiadas por mulheres, reivindicação dos movimentos de mulheres no Brasil e “conquista” assegurada pela Constituição de 88.

Não

12.A. O programa atinge de forma específica a mulher?

Sim

Vide questão anterior

Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

(x) Sim

O programa incorpora demandas relativas à criação de programas de geração de emprego e renda. Mas não há elementos na documentação consultada que permita verificar se o acesso à terra e a recursos é concedido diretamente às mulheres, como previsto pela Constituição de 88, respondendo a demandas do momento feminista.

“Posteriormente [anos 80], o movimento feminista ampliou essas demandas legislativas para incluir:

- *reconhecimento de direitos relativos às mulheres rurais, nas políticas de distribuição de terras e nos planos de colonização e reforma agrária...”. (BASTERD, Leila de A. Linhares. *Mulheres, direitos humanos e legislação: onde está a nossa cidadania?* In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica. *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro, Brasília, Rosa dos Tempos/UNICEF, 1994).*

() Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal / Secretaria do Trabalho e Ação Social

Nº DE INSCRIÇÃO: 107/96

ÁREA: Geração de empregos e treinamento para o trabalho

MUNICÍPIO: Quixadá

ESTADO: Ceará

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O projeto tem por objetivo geral reduzir o desemprego e estabelecer uma política global integrada e participativa de geração de emprego e renda, tendo como foco as famílias de baixa renda excluídas da atividade produtiva. Para isto, a Administração Pública local dá apoio à formação e à consolidação de pequenas unidades produtivas, bem como acesso a crédito para montagem ou ampliação de pequenos negócios, com a preocupação de garantir eficácia ao programa e estimular o desenvolvimento local. São desenvolvidos programas de capacitação para o gerenciamento e de qualificação de mão-de-obra. O programa inclui ainda o estímulo ao cooperativismo e ao associativismo, voltados à constituição de negócios comunitários.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

(x) Municipal *Secretaria do Trabalho e Ação Social*

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

Sim

Não

(SE SIM)

4. GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível *Prefeitura do Município de Quixadá, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de Quixadá.*

Outro nível *Banco do Estado do Ceará, SINE - Sistema Nacional de Emprego, Banco do Nordeste.*

4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros

5. DA SOCIEDADE CIVIL:

ONG *GRET (França) - qualificação da mão-de-obra; GTZ (Alemanha) - capacitação de técnicos do programa.*

Setor privado *SEBRAE - cursos profissionalizantes;*

Comunidade *Associações para negócios comunitários; cooperativas de micro-empresários e artesãos (ramos: agricultura, pedreiras, entalhe em pedra, confecções entre outros)*

Outros

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- (x) Formulação/decisão
- (x) Implementação/execução
- () Controle
- () Recursos financeiros
- (x) Outros Arrecadar e administrar os recursos

6. () OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1993

8. PÚBLICO-ALVO

População de baixa renda desempregada ou exercendo atividade informal: *“desempregados, sub-empregados, biscateiros, trabalhadores autônomos e micro-empresários informais”*. Atendidos, até 1996, 196 micro-empresários (784 pessoas), 40% da clientela potencial.

9. RECURSOS

Valor: R\$245.921,00,26

Fontes: a. orçamento municipal- 20% dos recursos totais;

b. Banco do Nordeste - cerca de 60%;

c. Outras fontes - 20%.

II. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

() Sim

(x) Não

(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Geração de emprego e renda

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

(x) Sim

A mulher é atingida pelo programa, embora a questão de gênero não seja explicitada como um de seus focos privilegiados. Várias das micro-empresas surgidas a partir da criação do programa são chefiadas por mulheres. É significativo que em documento encaminhado ao “Gestão Pública”, os dois depoimentos de participantes de um dos cursos oferecidos à população (Criação de Novos Negócios) sejam depoimentos de mulheres: 1) “*Através desse curso é que serei capaz de montar o negócio*”; 2) “*A criação de um negócio abre, para mim, uma nova perspectiva de vida*”. Também nas fotos enviadas como exemplos de negócios já implantados a presença de micro-empresárias se destaca (dos 4 exemplos, três são de mulheres).

O que parece é que o programa, embora sem ênfase específica na questão de gênero, tem flexibilidade para incorporar necessidades e demandas de clientelas específicas, o que se traduz na abertura de espaço para mulheres, tradicionalmente excluídas do acesso a crédito e a oportunidades de capacitação.

() Não

12.A. O programa atinge de forma específica as mulheres?

Sim

a) Registro feito pelo programa

b) Impacto inferido

Ver questão 12.

Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

A geração de emprego e renda é uma questão presente na agenda dos movimentos de gênero, no que diz respeito a políticas públicas. Em Seminário “Ação do Município na Promoção da Mulher”, organizado pelo IBAM em 1989 (em parceria com Fundação Ford, Conselho Nacional do Direito da Mulher, e a UNICEF), uma das diretrizes gerais propostas pelos participantes consistia no “*apoio a projetos produtivos visando à capacitação e organização das mulheres, a criação de empregos permanentes para o segmento feminino da população e o incremento da renda familiar*”. (IBAM, P.117).

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **CIDADE CONSTITUINTE**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal / Secretaria Municipal do
Planejamento

Nº DE INSCRIÇÃO: 177/96

ÁREA: Gestão e planejamento

MUNICÍPIO: Porto Alegre

ESTADO: Rio Grande do Sul

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O projeto tem como objetivos básicos: (1) democratização das relações entre Estado e Sociedade, (2) redistribuição de renda na cidade, (3) priorização de políticas públicas em favor dos marginalizados e excluídos e (4) apropriação da cidade por seus moradores e usuários. Seu trabalho é fundamentalmente de mobilização e de "tradução" de posicionamentos de diversos agentes, procurando apontar soluções negociadas para os problemas da cidade, de longo e curto prazos. Neste sentido, a cidade foi dividida em oito áreas e a população de cada uma delas discute com os técnicos o planejamento e o desenvolvimento da região onde moram.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

(x) Municipal *Secretaria Municipal de Planejamento*

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

(x) Sim

() Não

(SE SIM)

4. GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível *Câmara de Vereadores, Conselhos Municipais, Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social etc.)*

Outro nível *NORIE -UFRGS, FAUFRGS, Trensurb, Metroplan etc*

4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (especificar)

5. DA SOCIEDADE CIVIL:

ONG *FASE e outras*

Setor privado

Comunidade *Forum Movimentos Populares - Fracab, Associações de Moradores*

Outros *CREA, OAB etc.*

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar)

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1993

8. PÚBLICO-ALVO

População de Porto Alegre

9. RECURSOS

R\$18.900,00

Fontes: orçamento municipal

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Planejamento municipal, governo local.

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

De forma indireta, ao basear-se na participação da sociedade civil organizada, o programa abre espaço à incorporação de questões formuladas por movimentos de mulheres. Não há registro formal desta incorporação, porém, existem indícios na documentação analisada.

Não

12.A. O programa tem impacto específico sobre as mulheres?

Sim

Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICAS**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA NUTRIR**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde

Nº DE INSCRIÇÃO: 122/96

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Apucarana

ESTADO: Paraná

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa Nutrir é um programa de combate à fome e à desnutrição infantil, baseado no princípio preventivo de ação na área da saúde. O programa possibilita à população de baixa renda do município acesso gratuito a alimentação de alto valor nutritivo. Para isso, estrutura-se como um conjunto de ações integradas, incluindo a produção e distribuição de alimentos e de medicamentos fitoterápicos e a recuperação de desnutridos. Os principais módulos do programa são 1) produção de fitoterápicos ("Farmácia de Manipulação de Fitoterapêuticos"); 2) criação da "Casa da Farinha" (onde se fabrica um tipo de farinha com alto grau nutritivo - multimistura - e leite de soja aromatizado), 3) ônibus de alimentação alternativa ("Ônibus Cozinha Experimental", que ensina a população como melhor utilizar a farinha) e 4) Centro de Recuperação de Desnutridos.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

(x) Municipal *Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social*

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

Sim

Não

(SE SIM)

4. GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível *Secretaria de Agricultura, Secretaira da Fazenda,
Secretaria de Obras*

Outro nível

4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros *Assistência Técnica*

5. DA SOCIEDADE CIVIL:

ONG *Instituto de Promoção Humana do Paraná, Centro de Promoção
Humana São Benedito, Instituto Polis*

Setor privado

Comunidade

Outros *IAPAR - Londrina, Pastoral da Criança*

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (Suporte Técnico)

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. TEMPO DE EXISTÊNCIA

1994

8. PÚBLICO-ALVO

Crianças em idade escolar, gestantes e desnutridos de 0 a 6 anos.

9. RECURSOS

R\$99.600,00 (anual)

Fonte: Município (repasso ou recursos do SUS)

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Desnutrição Infantil

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

O programa tem como parte de seu público-alvo as gestantes. Além disto, as mulheres são um foco privilegiado das ações promovidas pelo programa, pois são as mães as principais responsáveis pela alimentação e medicação dos filhos, sendo elas que recebem nos postos de saúde, tanto a multimistura como os fitoterápicos. Além disto, o programa também procura orientar as mulheres, através do "Ônibus Cozinha Experimental", a utilizarem produtos alternativos para a alimentação, de forma a maximizar o aproveitamento de diversos gêneros alimentícios.

Não

12.A. O programa tem impacto específico sobre as mulheres?

Sim

Vide questão anterior.

Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

A questão da saúde, em particular da saúde dos filhos, integra a pauta de reivindicações de movimentos de mulheres no Brasil desde os anos 70.

Não

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS FICHA ANALÍTICA

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **COMISSÃO PERMANENTE DE INVESTIGAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO EM MS**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Estadual de Cidadania, Justiça e Trabalho / DRT / INSS

Nº DE INSCRIÇÃO: 234/96

ÁREA: Relações de trabalho

MUNICÍPIO: Vários

ESTADO: Mato Grosso do Sul

CLASSIFICAÇÃO: Finalista (destaque)

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

Em resposta às denúncias de escravidão, trabalho infantil, exploração de trabalhadores indígenas e péssimas condições de vida e de trabalho em carvoarias e destilarias do Estado do Mato Grosso do Sul, órgãos governamentais estaduais e federais, juntamente com entidades não-governamentais, constituíram, em 1993, a Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho naquele estado. A comissão tinha como objetivo inicial fiscalizar as carvoarias (8.000 trabalhadores) e usinas de álcool e açúcar (12.000 trabalhadores), passando posteriormente a fiscalizar também as áreas de cultivo de algodão, erva-mate e braquiaria (mais 10.000 trabalhadores, aproximadamente). O objetivo da Comissão é acabar com a exploração do trabalho infantil e indígena e com condições subumanas de trabalho, através de ações de prevenção, fiscalização e erradicação. Estão envolvidas na Comissão 19 entidades governamentais e 19 não-governamentais (11 e 16, no início do programa, respectivamente), sendo a presidência, vice-presidência e secretaria executiva cargos eleitos em assembleia. Em 1996, a presidência era ocupada por uma ONG (Comissão Pastoral da Terra) e a vice-presidência por uma entidade governamental (Secretaria da Justiça e do Trabalho). A Comissão realiza visitas de inspetoria, apresenta relatórios a autoridades e à imprensa, sugere medidas corretivas às partes envolvidas e acompanha as melhorias introduzidas.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual *Secretaria Estadual da Cidadania, da Justiça e do Trabalho*
- Municipal
- Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim
- Não

(SE SIM)

4. GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Assembleia Legislativa, Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Secretaria da Fazenda, Secretaria do Planejamento, Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário.*
- Outro nível *Governo Federal: Departamento Regional do Trabalho (Min. do Trabalho), INSS, FUNDACENTRO, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, FUNAI, IBAMA, Polícia Rodoviária Federal.*

4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros *Apoio legislativo*

5. (x) DA SOCIEDADE CIVIL:

- (x) ONG *Centros de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra, Pastoral das Migrações, CIMI, Grupo Zumbi, Conselho do Negro*
- (x) Setor privado *Universidade Católica Dom Bosco*
- (x) Comunidade
- (x) Outros *Sindicatos e Federações de Trabalhadores, Associação Nacional de Procuradores, OAB/MS.*

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- (x) Formulação/decisão
- (x) Implementação/execução
- (x) Controle
- (x) Recursos financeiros
- (x) Outros *Assistência técnica, jurídica e logística, orientação sobre segurança*

6. (x) OUTRAS PARTICIPAÇÕES: *OIT*

6.1. Tipo de participação destas instituições

- () Formulação/decisão
- () Implementação/execução
- () Controle
- (x) Recursos financeiros
- () Outros (especificar)

7. ANO DE INÍCIO

1993

8. PÚBLICO-ALVO

30.000 trabalhadores e suas famílias

9. RECURSOS

R\$ 2.500,00 - Estaduais (16,36% da receita orçamentária da SCJT)

R\$ 4.000,00 - Federais

R\$ 9.000,00 - OIT/CPT

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

() Sim

(x) Não

(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Condições de trabalho e condições de vida de família de trabalhadores.

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

(x) Sim

Com o intuito de conseguir acabar com a exploração do trabalho infantil, passou-se a oferecer, às famílias que mantivessem seus filhos na escola, uma “mesada”, quantia esta que é entregue para à mulher, a mãe das crianças.

() Não

12.A. O programa tinge de forma específica a mulher?

(x) Sim

a) () Registro feito pelo programa

b) (x) Impacto inferido

O programa prevê não apenas acabar com a exploração dos trabalhadores, mas também levar até eles serviços públicos, como emissão de documentos, atendimento médico e odontológico, melhoria de condições de moradia, além de educação para as crianças. O programa interfere em questões que atingem a mulher diretamente em seu cotidiano e que têm constituído pauta da agenda dos movimentos de mulheres desde os anos 70. Chama atenção, no entanto, a inexistência, de referência ao trabalho da mulher (e às condições em que este trabalho é exercido) nos documentos sobre o programa.

Há indícios de que o cumprimento das recomendações da Comissão está tendo também um impacto sobre as mulheres (e sobre os homens) que pode se tornar negativo. Trata-se da decisão de muitas carvoarias de não aceitar mais famílias (provavelmente, pelos custos envolvidos na garantia de condições mínimas de vida - habitação, saúde, educação etc.), mas apenas trabalhadores do sexo masculino, ficando as famílias nas cidades. O que acontecerá com estas famílias (e com as mulheres)? Serão reforçadas as cidades-satélites, novos bolsões de miséria “fora” do espaço das empresas?

13. O programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

() Sim

(x) Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

() Sim

(x) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: NOME DO PROJETO: **PROJETO BOLSA-ESCOLA**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria de Educação

Nº DE INSCRIÇÃO: 353/96

ÁREA: Educação

MUNICÍPIO/ESTADO: Distrito Federal

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa tem por objetivo garantir o acesso à escola e a permanência na escola pública de crianças com idade entre 7 e 14 anos completos, em condições de carência material e precária situação social e familiar, combatendo a repetência e a evasão. Para isso, o governo do Distrito Federal paga um salário-mínimo, mensalmente, a famílias com renda per-capita mensal de meio salário-mínimo residentes há pelo menos cinco anos no Distrito Federal e que mantiverem na escola todos os filhos da faixa etária mencionada. Concomitantemente, o projeto inclui a Poupança-Escola, que dá a cada aluno aprovado nos estudos um crédito no valor de um salário-mínimo. A metade deste valor é liberada com a abertura de uma poupança nominal quando o aluno conclui as 4ª e 8ª séries, e o restante quando completa o 2º grau.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

() Municipal

(x) Outros *Governo do Distrito Federal: Secretaria da Educação*

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

Sim

Não

(SE SIM)

4. GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível *Representante do Gabinete do governador do DF, Fundação Educacional do DF, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Movimentos de Meninos e Meninas de Rua do DF, Administrações Regionais, Secretaria do Trabalho do DF, Secretaria da Agricultura, Banco de Brasília e Codeplan (prestadora de serviço na área de informática)*

Outro nível *EMATER*

4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão *Partido, Governador e Secretaria da Educação.*

Implementação/execução *A gestão se dá através de Comissão executiva da Secretaria da Educação, da qual participam representantes de diversos dos órgãos governamentais citados.*

Controle *Comissão Local de cada Região Administrativa, envolvendo a Divisão Regional de Ensino e Entidade Popular.*

Recursos financeiros

Outros: *Banco de Brasília e Codeplan, Secretaria de Agricultura e EMATER; Secretaria do Trabalho -*

5. DA SOCIEDADE CIVIL:

ONG

Setor privado

Comunidade *Movimento de Meninos e Meninas de Rua do DF e entidades populares*

Outros (especificar)

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

Formulação/decisão

Implementação/execução. *A gestão se dá através de Comissão executiva da Secretaria da Educação, da qual participam representantes da comunidade: Movimento de Meninos e Meninas de Rua do DF e entidades populares de cada Região Administrativa).*

Controle *Através da participação nas Comissões Locais.*

Recursos financeiros

Outros

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES

7. ANO DE INÍCIO

1994

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

8. PÚBLICO-ALVO

População de baixa renda e crianças em idade escolar

28.672 crianças (14.786 famílias - 1996 / aproximadamente 22.939 famílias em 1997)

9. RECURSOS

R\$ 21.400.000,00 anuais - 0,5% do orçamento

Fonte: orçamento do Distrito Federal

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

() Sim

() Não

(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Educação

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

O programa incorpora a diferenciação de gênero ao determinar que a bolsa-escola seja entregue à mãe. Esta determinação decorre de duas ordens de consideração: a) do entendimento que é a mãe a responsável na família pelo acompanhamento da educação dos filhos (da “vida escolar dos filhos”) e b) da constatação da presença significativa de famílias compostas por mulheres e seus filhos, em que estas são as únicas provedoras. Lê-se em documento do programa a este respeito: “O requerente deve ser a mãe, prioritariamente, podendo ser o pai ou responsável legal, em casos de comprovada incapacidade, ausência ou morte da mesma”.

Dados significativos:

- a) 51,57% das famílias inscritas no Programa são monoparentais e têm a mulher como única provedora;
- b) apenas 3,51% dos requerentes são homens (em função das próprias regras do programa).

12.A. O programa tem impacto específico sobre as mulheres?

Sim

Ver questão anterior

Obs: O programa não previu a incorporação da questão de gênero desde o início. À medida que ocorria a implantação, no entanto, a importância da incorporação da mulher para o sucesso do programa foi considerada, pelos fatores mencionados anteriormente.

Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

A questão da educação dos filhos constitui uma das prioridades de movimentos sociais em que a presença de mulheres é expressiva (as mulheres nos movimentos).

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **PROJETO SÃO PEDRO**
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal
Nº DE INSCRIÇÃO: 499/96
ÁREA: Desenvolvimento Urbano Integrado
MUNICÍPIO: Vitória
ESTADO: Espírito Santo
CLASSIFICAÇÃO: Finalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O projeto tem por objetivo possibilitar a melhoria direta e indireta das condições de vida da população que vive em São Pedro, região carente de Vitória, e a preservação e recuperação do manguezal e do ecossistema desta região. Além disso, o programa visa possibilitar o desenvolvimento de políticas setoriais articuladas para atender integralmente às necessidades da população e erradicar a pobreza e a marginalidade na área atendida (sendo desenvolvidas atividades nas áreas de educação, saúde, habitação, infra-estrutura, lazer, cultura e esportes, transportes públicos e geração de emprego e renda). O projeto é administrado não apenas através da articulação intersetorial mas também através da participação da população organizada da cidade.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- () Estadual
(x) Municipal *Secretaria Municipal de Ação Social*
() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- (x) Sim
() Não

(SE SIM)

4. (x) GOVERNAMENTAIS

- (x) Mesmo nível *Departamento de Projetos Habitacionais Especiais, Secretarias da Saúde, da Educação, de Esporte e Lazer, Segurança Pública, Transporte entre outras*
- (x) Outro nível *Caixa Econômica Federal, Ministério do Bem Estar Social e Ministério da Integração Regional, Companhia Estadual de Saneamento*

4.1. Tipo de participação Governamental

- (x) Formulação/decisão
- (x) Implementação/execução
- () Controle
- (x) Recursos financeiros
- () Outros

5. (x) DA SOCIEDADE CIVIL:

- (x) ONG *não indicadas*
- () Setor privado
- (x) Comunidade *Conselho Popular de Vitória, Conselho Municipal do Meio Ambiente (órgão da política municipal do meio ambiente), Conselho Tutelar de Vitória*
- (x) Outros *Pastoral São Pedro, Paróquia de São Pedro, Igrejas Evangélicas*

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar)

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1989

8. PÚBLICO-ALVO

50.000 pessoas (a - recuperação do ecossistema);
14.800 pessoas (b - manguezal)

9. RECURSOS

R\$ 5.000.000,00 anuais
Fontes:
Própria: 30%
Governo federal: 70% (CEF)

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Meio Ambiente e Urbanização

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

As mulheres através do “Movimento de Mulheres” têm participado do projeto desde o início, tendo sido envolvidas no próprio “desenho” do programa. Estavam diretamente envolvidas com a problemática das moradias, caracterizada por sua inserção em região desprovida de infra-estrutura, com enormes problemas de saneamento básico e pela carência de serviços. Mobilizaram-se, reivindicaram, e têm participado da “gestão” do projeto. Não há referência explícita a questões especificamente feministas.

Não

12. A. O programa tem um impacto específico sobre as mulheres?

Sim

Vide questão anterior

Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Havia, anteriormente ao projeto, um “movimento de mulheres”, mobilizado em torno das condições de vida na área e do acesso a serviços públicos. Quando do início do programa, este movimento participou das discussões que conduziram à formulação do projeto, continuando a participar da gestão do programa.

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Trata-se aqui também de questões levantadas pelas mulheres relativas ao cotidiano das populações pobres, remetendo ao que Elizabeth Souza-Lobo designava por “as mulheres nos movimentos”, em que as mulheres deixam o espaço privado, doméstico, levantando bandeiras relativas a serviços públicos. dentre os quais se destacou sempre a questão da moradia.(SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo. Brasiliense, 1991. *Parte III - Movimentos sociais e mulheres. Igualdade e diferença*)

Não

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **CIRCO DA CIDADE**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal / Fundação Cultural

Nº DE INSCRIÇÃO: 599/96

ÁREA: Cultura, Lazer e Esporte

MUNICÍPIO: Lages

ESTADO: Santa Catarina

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa tem por objetivo possibilitar à população das regiões periféricas da cidade o acesso a bens culturais e a participação na produção cultural. O projeto, montado em um circo, caracteriza-se como um centro cultural itinerante, deslocando-se de bairro para bairro, permanecendo em cada local por dois meses. O programa é composto por três subprogramas: um, de formação de leitores, um, de valorização do artista local - composto por diversas oficinas de arte - e um subprograma de informação. Este último é desenvolvido através de palestras, cursos e prestação de serviços sobre diversos temas, escolhidos pelos moradores do local, os quais incluem temas ligados à saúde e aos direitos do consumidor entre outros.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

() Municipal *Prefeitura Municipal; Fundação Cultural de Lages*

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

() Sim

() Não

(SE SIM)

4. (x) GOVERNAMENTAIS

(x) Mesmo nível *Outras secretarias municipais (variando de bairro para bairro)*

() Outro nível

4.1. Tipo de participação Governamental

() Formulação/decisão

(x) Implementação/execução

() Controle

() Recursos financeiros

() Outros (especificar)

5. (x) DA SOCIEDADE CIVIL:

() ONG

() Setor privado

(x) Comunidade *Associação de Moradores, Comissões de Saúde, Grupos de Mães, Grupo de Terceira Idade, Grupos de Jovens*

() Outros (especificar)

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

(x) Formulação/decisão

(x) Implementação/execução

(x) Controle

() Recursos financeiros

() Outros (especificar)

6. () OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1994

8. PÚBLICO-ALVO

População de bairros periféricos da cidade

9. RECURSOS

R\$ 70.000,00

Fontes: recursos municipais

III - INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

() Sim

(x) Não

(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Cultura

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Embora em sua concepção o programa não incorporasse originalmente a dimensão de gênero, ao longo de seu desenvolvimento, à medida em que se abriu às sugestões da população atendida, o programa incorporou a questão de gênero em alguma das atividades desenvolvidas. Assim, atendendo a grupos de mães, definiu algumas oficinas de seu interesse (tapeçaria, tecelagem, etc...). Entre os temas do subprograma de informação, por outro lado, destacam-se alguns em que a dimensão de gênero é central: doenças sexualmente transmissíveis, planejamento familiar e gravidez.

Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

O programa, embora não constitua resposta a movimento de mulheres, incorpora sugestões se participantes mulheres tanto na área de cultura propriamente dita, como na área de saúde.

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Os temas incluídos ao programa de informação na área de saúde estão presentes na pauta de reivindicações do movimento de mulheres relativos à área de saúde. Não há, por outro lado, na agenda do movimento feminista ou do movimento de mulheres ênfase a equipamentos culturais, a não ser como parte de demanda por equipamentos para crianças e adolescentes.

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA CIDADÃO-CRIANÇA**
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Ação Social
Nº DE INSCRIÇÃO: 575/96
ÁREA: Assistência Social
MUNICÍPIO: Vitória
ESTADO: Espírito Santo
CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa se destina ao atendimento de crianças e adolescentes sob situação de risco pessoal e social, especialmente dos que vivem em situação de rua. Seus objetivos, baseados na doutrina de proteção integral, são: (1) possibilitar às crianças e aos adolescentes a saída da rua e o retorno à família e a sua comunidade; (2) assegurar-lhes o acesso aos direitos básicos: saúde, educação, alimentação, moradia, aprendizagem para o trabalho; (3) oferecer-lhes condições para a socialização e a construção da cidadania e; (4) prepará-los para a inserção no mercado de trabalho. Os projetos básicos que compõem o programa são: Abordagem de Rua, Praça Viva, Casa Aberta do Cidadão-Criança, Espaço de Convivência Sócio-Educativo, Abrigo Noturno para Meninos, Abrigo Noturno para Meninas, Lar da Menina II, Implantação do 1º Conselho Tutelar, Fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vitória - CONCAV, Fundo para Infância e Adolescência - FIA, Casa do Adolescente Trabalhador, Circo-Escola, Projeto Brincando e Aprendendo, Apoio ao Adolescente Trabalhador e Aprendendo e Produzindo.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- () Estadual
(x) Municipal *Secretaria Municipal de Ação Social*
() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

Sim

Não

(SE SIM)

4. GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível *Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria de Esportes, Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Cidadania.*

Outro nível *Ministério Público e Poder Judiciário, Polícia Militar do Estado do ES, Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania, Secretaria de Assistência Social-Ministério da Previdência e Assistência Social, Universidade Federal do ES, Companhia Vale do Rio Doce, SEBRAE, Datapro.*

4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (especificar)

5. (x) DA SOCIEDADE CIVIL:

() ONG

(x) Setor privado *SENAI*

(x) Comunidade *Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar de Vitória, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua*

(x) Outros (especificar) *Pastoral do Menor*

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

(x) Formulação/decisão

(x) Implementação/execução

(x) Controle

(x) Recursos financeiros

(x) Outros (Cursos de Iniciação Profissional)

6. () OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1994

8. PÚBLICO-ALVO

Atendimento; 350 crianças e adolescentes (90% do universo).

9. RECURSOS

R\$ 450.000,00

Fontes: Municipais: 80%

Companhia Vale do Rio Doce: 20%

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

() Sim

(x) Não

(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Crianças e Adolescentes

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

(x) Sim

Como?

Dentre os projetos que compõem o programa, incluem-se dois destinados a meninas:

- a) "Abrigo Noturno para meninas", um abrigo temporário que oferece ambiente seguro, de modo a desenvolver a auto-estima, a confiança, a expectativa de futuro e hábitos de convívio social e b) "Lar da Menina II", uma moradia "alternativa" que acolhe adolescentes, preparando-as para uma vida autônoma, com inserção no mercado de trabalho. Este projeto prioriza o atendimento às adolescentes gestantes. A incorporação da questão de gênero é evidenciada ainda pela articulação com o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), da Secretaria da Saúde, e pela inclusão da prostituição infantil entre os problemas principais a serem atacados pelo programa.

() Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

O programa surgiu de proposta elaborada por equipe da Prefeitura, com a participação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de representantes do Movimento Nacional de Meninos e **Meninas** de Rua e da Pastoral do Menor.

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Além do apoio de movimentos de mulheres a reivindicações relativas a direitos de crianças e adolescentes, em geral, houve sempre a preocupação de destacar as especificidades da situação das meninas e a necessidade de incorporação dessas especificidades à formulação de políticas públicas. O movimento feminista, desde o final dos anos 70, incluía, entre as demandas relativas à legislação brasileira, a relativa aos direitos de **meninas e adolescentes**. (Na Constituição de 88, no entanto, não há explicitação das especificidades relativas às meninas e adolescentes) (BARSTED, Leila de A. Linhares. *Mulheres, direitos humanos e legislação: onde está a nossa cidadania*. In: SAFFIOTI, Heleieth, I.B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica. Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro/Brasília, Rosa dos Tempos, NIPAS/UNICEF, 1994). Em 1989, em Seminário sobre a ação dos municípios com relação aos direitos da mulher, entre as propostas apresentadas, inclui-se uma relativa à formulação de programas voltados às meninas de rua. (PINTO, Mara D. Biasi Ferrari. *Trabalhando para mulheres. Apresentação*. IN: IBAM. Mulher e políticas públicas. Rio de Janeiro, IBAM, 1991).

Não

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS FICHA ANALÍTICA

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: CASA DO CIDADÃO

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal

Nº DE INSCRIÇÃO: 401/96

ÁREA: Cidadania e Direitos Humanos

MUNICÍPIO: Vitória

ESTADO: Espírito Santo

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa tem como objetivo primordial propiciar à população - em espaços abertos ao cidadão - conhecimento de seus direitos fundamentais e colocar à sua disposição meios eficazes de exercício desses direitos, removendo obstáculos para o acesso à Justiça. Seus objetivos específicos são - através da interação entre as diversas instâncias do poder público (níveis federal, estadual e municipal) - prestar serviços de orientação e assistência jurídica e de defesa do consumidor, prestar serviços de documentação (carteira de trabalho, RG, etc) e proporcionar ao cidadão atendimento eficaz. A Casa do Cidadão reúne no mesmo local vários serviços públicos, como PROCON, assistência jurídica gratuita, Núcleo de Assistência à Mulher, SOS Racismo, Juizado de Pequenas Causas e serviço de documentação, com atendimento permanente de emissão de Carteira de Trabalho e eventual emissão de Carteira de Identidade e de Título de Eleitor. A característica principal do programa é a busca da interação entre os diversos níveis de governo e entre diversos órgãos públicos, de forma a que o serviço seja oferecido de forma integrada e no mesmo espaço físico.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

(x) Municipal *Secretaria Municipal da Cidadania*

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

Sim

Não

(SE SIM)

4. GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível

Outro nível *Procuradoria Geral da Justiça do Estado do ES, Tribunal de Justiça do Estado do ES, Universidade Federal do ES, Delegacia Regional do Trabalho do Estado do ES, Tribunal Regional Eleitoral, SUNAB, Secretaria Nacional de Acompanhamento Econômico.*

4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros

5. DA SOCIEDADE CIVIL:

ONG

Setor privado

Comunidade

Outros (especificar)

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1994

8. PÚBLICO-ALVO

População de Vitória, especialmente a população carente.

Atendidos:

1995 - 50.515 pessoas

9.RECURSOS

R\$ 345.708 (1996)

Fontes: recursos orçamentários municipais.

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

() Sim

() Não

(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Cidadania: acesso a serviços públicos

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Como?

Entre os serviços prestados pela Casa do Cidadão, existe um intitulado "Núcleo de Assistência à Mulher", citado pelo relatório enviado ao Programa Gestão Pública e Cidadania, sinalizando uma preocupação do programa em disponibilizar um serviço de atendimento a questões relativas à mulher (direitos e deveres, proteção contra a violência, etc). Relatório relativo a atendimentos e serviços prestados no primeiro trimestre de 1996 indica atendimentos relativos à discriminação racial e à agressão física (minoritários), ao lado de serviço de registro de nascimento (47% dos casos), entre outros.

Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não (Não há informações a este respeito)

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Dentre as propostas de movimentos de mulheres, incluem-se as relativas a apoio jurídico, médico e sócio-psicológico a mulheres vítimas de agressão física. Por outro lado, uma das tendências mais recentes nos movimentos ligados à questão de gênero consiste na proposta de inclusão da especificidade da questão feminina nas diversas políticas públicas, o que parece que a criação de um Núcleo de Atendimento à Mulher no âmbito de um programa como a Casa do Cidadão vem atender.

Não

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **PROJETO GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Nº DE INSCRIÇÃO: 105/96
ÁREA: Geração de empregos e treinamento para o trabalho
MUNICÍPIO: Betim
ESTADO: Minas Gerais
CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa tem por objetivo implantar unidades produtivas autogestionadas, junto à população excluída do mercado de trabalho e desprovida de qualificação profissional. Através desta iniciativa, o programa criar formas alternativas de enfrentamento da pobreza, estabelecendo novas relações de trabalho, propiciando melhoria de condições de vida para a população atendida, integrando-a ao processo político e social. O programa fornece matéria-prima e empresta equipamentos para a produção, além de promover cursos de qualificação de mão-de-obra, adequados a cada tipo de unidade produtiva.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- () Estadual
- (x) Municipal *Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Betim*
- () Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- (x) Sim
- () Não

(SE SIM)

4. () GOVERNAMENTAIS

() Mesmo nível

() Outro nível

5. (x) DA SOCIEDADE CIVIL:

(x) ONG *Centro de Autodesenvolvimento de Betim*

() Setor privado

(x) Comunidade *Associações de bairro*

(x) Outros *Entidades Religiosas*

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

() Formulação/decisão

(x) Implementação/execução

() Controle

() Recursos financeiros

() Outros

6. () OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1993

8. PÚBLICO-ALVO

Cerca de 2600 desempregados em Betim.

Atendidos: 100 pessoas

9. RECURSOS

R\$ 71.229,00 - não incluídos gastos com recursos humanos

Fonte: Prefeitura

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

() Sim

() Não

(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Geração de emprego e renda

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

() Sim

Com essa política de implantação de unidades produtivas apoiadas pela prefeitura ou entidades parceiras, através do empréstimo de equipamentos e do repasse da matéria-prima, as mulheres têm a oportunidade de conseguirem trabalho e renda para si e para sua família. É o caso da unidade piloto de costura, implantada em Vianópolis, que emprega 12 mulheres (1993). É importante notar, no entanto, tratar-se, neste caso (único exemplo citado nos documentos de inscrição) de uma atividade tradicionalmente reservada às mulheres, não havendo aparentemente abertura de frentes “inovadoras” incorporando mulheres. De qualquer modo, segundo informações obtidas junto ao programa, a maior parte da população-alvo é composta por mulheres, que precisam contribuir para a renda familiar ou que assumem sozinhas a chefia das famílias. Da população efetivamente atendida (100), 80% são mulheres e 20%, homens.

() Não

12.A. O projeto atinge de forma específica a mulher?

Sim

a) Registro feito pelo programa

Ver questão 12.

b) Impacto inferido

Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

A abertura de programas de emprego e renda que atendam as mulheres é uma demanda de movimentos ligados à questão de gênero.

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **JOVEM CIDADÃO CONSCIENTE E PARTICIPANTE EM
SUA COMUNIDADE**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Delegacia de Ensino - SEE

Nº DE INSCRIÇÃO: 302/96

ÁREA: Criança e Adolescente

MUNICÍPIO: São Vicente

ESTADO: São Paulo

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa, implantado em uma escola do 2º grau, tem por objetivo ampliar a participação e a vivência dos jovens nos movimentos e nas decisões políticas e sociais em sua cidade. Através de uma ação sensibilizadora, pretende conduzir o jovem a uma ação atuante e participativa diante das problemáticas políticas, sociais e econômicas que se apresentam em sua comunidade, desenvolvendo assim suas potencialidades como agente fiscalizador de medidas adotadas pela administração pública e que de alguma forma contrariem os interesses comunitários. As aulas ministradas aos jovens têm por objetivo estimular sua participação efetiva e consciente como cidadãos, levando-os ao questionamento junto ao Legislativo de sua cidade.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

(x) Estadual *Delegacia de Ensino da Secretaria Estadual da Educação*

() Municipal

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

Sim

Não

(SE SIM)

4. GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível *E.E. P. S. G. "Afonso Schmidt" - local de implantação*

Outro nível *Câmara Municipal de Cubatão*

4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros

5. DA SOCIEDADE CIVIL:

ONG

Setor privado

Comunidade

Outros (especificar)

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1993

8. PÚBLICO-ALVO

alunos do segundo grau, período diurno, da escola de implantação do programa.

9. RECURSOS

não há gastos específicos associados ao programa.

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

() Sim

(x) Não

(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Formação política de jovens - formação para a cidadania

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

(x) Sim

Como?

As aulas ministradas têm entre seus sub-temas, que envolvem também de forma central a questão do meio ambiente, a questão de gênero: preconceitos em relação à mulher, especialmente a mulher negra, crimes sexuais e passionais. Inclui além disto a violência na família, contra a criança e o adolescente.

() Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

() Sim

(x) Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

(x) Sim

Os temas abordados pela programa de formação de jovens incluem algumas das principais temáticas destacadas por movimentos de mulheres e pelo movimento feminista no Brasil, desde o final dos anos 70. Além disto, o programa enquanto tal responde a uma reivindicação do movimento feminista ligada diretamente a conteúdos de programas escolares. Assim, no Seminário “Ação do Município na Promoção da Mulher”, organizado pelo IBAM, em conjunto com a UNICEF e o Conselho Nacional do Direito da Mulher, em 1989, entre as diretrizes para políticas públicas então formuladas, inclui-se a reformulação de livros didáticos e conteúdos programáticos, de forma a retirar o conteúdo discriminatório sobre a mulher. Mais recentemente, as reivindicações relativas à área da educação têm evoluído para a inclusão de conteúdos específicos, relativos à temática de gênero.

() Não

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS FICHA ANALÍTICA

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA CIDADE MÃE**
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Fundação Cidade Mãe
Nº DE INSCRIÇÃO: 038/96
ÁREA: Criança e adolescente
MUNICÍPIO: Salvador
ESTADO: Bahia
CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O projeto tem por objetivo integrar socialmente crianças e adolescentes, através de um sistema de ações articuladas de educação para a cidadania. O programa inclui: a) atendimento de crianças e adolescentes de baixa renda, através de uma proposta de educação para a cidadania, iniciação profissional, atividades de esporte, cultura e lazer; b) orientação às famílias das crianças e adolescentes atendidos, estimulando sua participação no processo psico-pedagógico dos filhos, a integração e o desenvolvimento do núcleo familiar; c) atendimento de meninos e meninas em situação de risco pessoal e social, que vivem nas ruas, oferecendo-lhes infra-estrutura para higiene pessoal, alimentação e atividades lúdico-pedagógicas, voltadas à socialização, readaptação a espaços fechados e ao retorno à família ou outra alternativa de moradia.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- () Estadual
(x) Municipal *Fundação Cidade Mãe*
() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

Sim

Não

(SE SIM)

4. GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível

Outro nível *Comunidade Solidária, Juizado da Infância e Juventude, Universidade Federal da Bahia, Ministério do Bem Estar Social (extinto)*

4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros *Apoio Técnico*

5. DA SOCIEDADE CIVIL:

ONG *Projeto Axé*

Setor privado

Comunidade *Associações Comunitárias, Grupos de Mães - Conselhos Comunitários; Conselho Municipal da Defesa da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares*

Outros *SENAI, Associação Atlética Banco do Brasil*

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros *Assistência Técnica*

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES

UNESCO e UNICEF

6.1. Tipo de participação destas instituições

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros *Assistência Técnica*

7. ANO DE INÍCIO

1993

8. PÚBLICO-ALVO

2.500 crianças e adolescentes em 1994 e 1995

9. RECURSOS

1995: R\$8.772.750,00

Fontes: Município - 47%

Federal - 34%

Inst. Internacionais - 17%

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

() Sim

(x) Não

(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Crianças e Adolescentes

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

(x) Sim

Como?

Existem vários aspectos do programa em que se nota a incorporação da questão de gênero. Primeiramente, houve a formação de grupos de mães para discussão de temas de interesse da mulher e estímulo ao desenvolvimento de atividades geradoras de renda. Em segundo lugar, no atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua, há um atendimento específico para meninas de rua - as Casas de Acolhimento de Meninas (para passarem a noite). Nestas Casas, são desenvolvidas atividades específicas que contemplam a condição feminina (capacidade para 60 meninas/tarde). Além disso, os Grupos de Mães de cada bairro participam da organização e acompanhamento do programa, através dos Conselhos Comunitários.

() Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

() Sim

(x) Não (Segundo informações fornecidas pela coordenação do programa)

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

(x) Sim

A problemática das crianças - acesso a educação, saúde, e, de forma menos explícita, a criação de alternativas à “situação de rua” - é uma constante nas reivindicações de movimentos de mulheres ou nos movimentos em que a mulher é uma presença significativa. Por outro lado, na temática do movimento feminista, mais centrada em questões específicas da mulher, esteve presente desde o final dos anos 70, a problemática das meninas e adolescentes (sexualidade, prostituição, etc.) (BARSTED, P.244).

() Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **NOVOS MODELOS DE GESTÃO DO ESTADO:
DESCENTRALIZAÇÃO E FORÇA DOS MUNICÍPIOS**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Sec. do Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Nº DE INSCRIÇÃO: 171/96

ÁREA: Formas de gestão e planejamento

MUNICÍPIO: Diversos

ESTADO: Rondônia

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa tem por objetivo fortalecer e consolidar parcerias entre o governo Estadual, Municipal e Organizações Sociais Comunitárias, delegando competências, otimizando recursos e ampliando as ações necessárias e fundamentais ao desenvolvimento social, econômico e ambiental, beneficiando de forma mais direta as comunidades locais e promovendo maior participação e controle social das ações governamentais. Amplia-se a participação da sociedade civil organizada nos processos de gestão dos recursos públicos, estabelecendo, nos municípios envolvidos, Conselhos Municipais de Desenvolvimento, a base do planejamento, coordenação e execução de políticas públicas.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

(x) Estadual *Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral*

() Municipal

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

(x) Sim

() Não

(SE SIM)

4. (x) GOVERNAMENTAIS

- (x) Mesmo nível *Banco do Estado de Rondônia, EMATER*
- (x) Outro nível *Prefeituras Municipais, Câmaras de Vereadores, Banco do Brasil, Fundação Nacional da Saúde*

4.1. Tipo de participação Governamental

- (x) Formulação/decisão
- (x) Implementação/execução
- (x) Controle
- (x) Recursos financeiros
- () Outros (especificar)

5. (x) DA SOCIEDADE CIVIL:

- (x) ONG *Entidades filantrópicas*
- (x) Setor privado *Associação de criadores de gados, associação de feirantes, associações comerciais, associações de pequenos produtores. rurais*
- (x) Comunidade *Associações de pais e professores, cooperativas agrícolas, organizações de mulheres,*
- (x) Outros *Sindicatos, movimento estudantil, igrejas evangélicas, igreja católica (pastorais), OAB*

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- (x) Formulação/decisão
- (x) Implementação/execução
- (x) Controle
- (x) Recursos financeiros
- () Outros (especificar)

6. () OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1995

8. PÚBLICO-ALVO

10 municípios do Estado, selecionados a partir dos critérios do Programa Comunidade Solidária, de concentração da população sem serviços públicos básicos garantidos.

9. RECURSOS

R\$ 185.994,00

Fontes: Estado, Municípios e organizações da sociedade civil envolvidas

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

() Sim

(x) Não

(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Gestão pública - articulação Estado-Sociedade Civil; articulação entre níveis de governo.

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Como?

A problemática de gênero está incorporada desde o início ao programa, através da presença de organizações e movimentos de mulheres nas novas instâncias de decisão, implementação e controle criadas - os Conselhos Municipais de Desenvolvimento. A documentação disponível sugere que a participação de entidades de mulheres nos Conselhos ocorre em função da existência de movimentos de mulheres na localidade de implantação do programa. A participação ocorre quer através da presença de entidades de mulheres no Conselho, como no caso da composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento de Nova Mamoré, que inclui uma representante do Movimento de Mulheres, quer através da presença de movimento de mulheres em entidades representativas de categorias como produtores rurais - no caso de Nova Brasilândia, por exemplo, o Grupo Associativismo de Mulheres participa de decisões da Associação Rural - quer, ainda, como cidadãs que integram as demais entidades representadas no Conselho.

Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

O programa integra movimentos de mulheres nas localidades em que é implantado, assim como outras organizações da sociedade civil. Não resulta, no entanto, enquanto programa, de um movimento de mulheres.

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: UM NOVO MODELO DE GESTÃO

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: EMATER - RO*

Nº DE INSCRIÇÃO: 183/96

ÁREA: Formas de gestão e planejamento

MUNICÍPIO: Vários

ESTADO: Rondônia

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento agrícola sustentável do Estado de Rondônia, mediante implantação de modelos de produção diversificados e integrados, horizontal e verticalmente, e a promoção de capacitação para produtores rurais e suas organizações, em tecnologias agropecuárias, gerenciais e organizacionais. A base de sustentação deste programa é a busca da auto-sustentabilidade dos produtores rurais, suas famílias e suas organizações.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

(x) Estadual *EMATER - RO / Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia*

() Municipal

() Outros

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

(x) Sim

() Não

* Empresa Pública Estadual

(SE SIM)

4. (x) GOVERNAMENTAIS

(x) Mesmo nível *Secretaria da Agricultura, Plano Agropecuário*

(x) Outro nível *Prefeituras, Câmaras Municipais, EMBRAPA e outros*

4.1. Tipo de participação Governamental

() Formulação/decisão

(x) Implementação/execução

(x) Controle

(x) Recursos financeiros

(x) Outros (especificar) *Divulgação*

5. (x) DA SOCIEDADE CIVIL:

(x) ONG *não discriminados*

(x) Setor privado *Organizações Associativas de Produtores Rurais*

(x) Comunidade *Conselhos Municipais de Política Agrícola, Associações, etc.*

() Outros (especificar)

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

() Formulação/decisão

(x) Implementação/execução

(x) Controle

() Recursos financeiros

() Outros

6. () OUTRAS PARTICIPAÇÕES

7. ANO DE INÍCIO

1994

8. PÚBLICO-ALVO

O produtor rural, sua família (mulher, filhos) e sua organização social rural, as unidades produtivas. Objetivo: 36.500 unidades.

9. RECURSOS

R\$ 15.700,00

fonte: Estado 70%

BIRD 14%

União 10%

Próprios 6%

III - INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

() Sim

(x) Não

(SE O PROGRAMA NÃO é DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Desenvolvimento rural

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Em resposta a consulta feita pela pesquisa, constatou-se a existência de um subprograma “Apoio às organizações das mulheres” . Este consiste em programa de orientação e assessoria técnica às mulheres rurais e à família rural, visando às mulheres como seu público alvo. Com este programa, estimula-se a organização de mulheres rurais e sua participação no processo produtivo.

Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Ao longo do desenvolvimento do programa, identificou-se um segmento com necessidades específicas - o das mulheres rurais - criando-se um módulo específico para atendê-lo. Não há informação sobre se as organizações de mulheres, estruturadas como tal, precedem o programa ou surgem junto com este.

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Dentre as recomendações do movimento de mulheres na área de políticas públicas, inclui-se, de um lado, a relativa à criação de oportunidades de geração de emprego e renda para mulheres e, de outro, a relativa ao reconhecimento dos direitos relativos às mulheres rurais (ênfatisa-se, em geral as políticas de distribuição de terras). (BARSTED, Leila A. Linhares. *op.cit.*)

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **FUNGER - FUNDO DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal / Secretaria Municipal

Nº DE INSCRIÇÃO: 088/96

ÁREA: Geração de empregos e treinamento para o trabalho

MUNICÍPIO: Teresina

ESTADO: Piauí

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa tem por objetivos (1)Fomentar as iniciativas nos diversos setores da economia, através do apoio financeiro às pequenas e microempresas estabelecidas, e profissionais autônomos, grupos, associações e cooperativas de produção; (2)Fortalecer a ampliação de empregos oferecidos em Teresina, através do apoio direto à produção e comercialização de produtos manufaturados e artesanais, além do estímulo ao trabalhador autônomo; (3)Disseminar uma mentalidade produtiva, que permita mudanças de expectativas no seio da comunidade.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

(x) Municipal *Secretaria Municipal da Indústria e Comércio*

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

(x) Sim

() Não

(SE SIM)

4. GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível

Outro nível *Caixa Econômica Federal*

4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros

5. DA SOCIEDADE CIVIL:

ONG

Setor privado

Comunidade

Outros (especificar)

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1993

8. PÚBLICO-ALVO

Unidades produtivas formais e informais, profissionais autônomos, cooperativas e associações de profissionais, micro-empresas.

9. RECURSOS

R\$ 675.533,00 -1995

Fontes: Municipais

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

() Sim

(x) Não

(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Geração de emprego e renda

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

(x) Sim

Por que?

O programa não incorporava a questão de gênero quando de sua concepção. No entanto, ao longo de seu desenvolvimento, manifestou-se grande demanda por parte de mulheres. Segundo informações complementares encaminhadas pelo programa, nos primeiros seis meses do programa, em 1994, este atendeu somente a demanda de unidades produtivas dirigidas por mulheres, da área textil. Centenas de mulheres são responsáveis, em Terezina, pelo sustento da família, sendo as chefes de família. Diante disto, o programa, recentemente incorporou explicitamente a questão de gênero, através do decreto municipal n. 3.371, de 09/01/97, o qual estabelece, em seu artigo 8: “Das unidades produtivas a serem apoiadas com recursos do FUNGER, 2/3 (dois terços) deverão ter as mulheres como beneficiárias, com prioridade para aquelas que sejam as responsáveis pela manutenção do orçamento familiar”.

() Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Embora o programa não resulte de um movimento local, seu desenvolvimento reflete reivindicações de mulheres, como afirmam os responsáveis pelo programa: *“Esta participação de gênero foi decorrente não só da realidade local (predomínio de mulheres na população de Terezina), bem como das diversas visitas às vilas e bairros da cidade, às reuniões repletas de público feminino.. onde elas reivindicavam maior participação nos recursos e obras municipais de geração de renda, bem como em outras atividades”*.

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Dentre as recomendações do movimento de mulheres na área de políticas públicas, inclui-se a relativa à criação de oportunidades de geração de emprego e renda para mulheres.

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **MICROURBANIZAÇÃO INTEGRADA DO CASTELINHO**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Instituto de Planejamento do Município - IPLAN

Nº DE INSCRIÇÃO: 552/96

ÁREA: Habitação

MUNICÍPIO: Fortaleza

ESTADO: Ceará

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa tem por objetivo a produção de 50 moradias em regime de ajuda-mútua ou mutirão, em continuidade a Programa de Inovações para a Moradia Popular. O programa procura também propiciar a geração de emprego e renda, através do desenvolvimento de atividades produtivas como hortas comunitárias e unidades de produção, e capacitar servidores da Prefeitura e moradores envolvidos no programa.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

(x) Municipal *IPLAN - Instituto de Planejamento do Município*

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

(x) Sim

() Não

(SE SIM)

4. (x) GOVERNAMENTAIS

(x) Mesmo nível *Secretaria do Trabalho e Ação Social do Município*

() Outro nível

4.1. Tipo de participação Governamental

() Formulação/decisão

(x) Implementação/execução

() Controle

() Recursos financeiros

() Outros (Assistência técnica)

5. (x) DA SOCIEDADE CIVIL:

(x) ONG *CEARAH Periferia (ONG local), ADRAI (ONG belga) e GRET (ONG francesa)*

() Setor privado

(x) Comunidade *Conselho de Moradores do Sto. Antonio do Castelinho ,
UCGF - entidade federativa do movimento popular,
Conselho de Moradores*

() Outros (especificar)

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

(x) Formulação/decisão

(x) Implementação/execução

(x) Controle

(x) Recursos financeiros

(x) Outros (Assistência Técnica)

6. () OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1994

8. PÚBLICO-ALVO

9. RECURSOS

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

() Sim

(x) Não

(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Habitação popular

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

(x) Sim

Como?

O projeto inclui a mulher na caracterização de seu público-alvo, considerando a sua inserção no mercado de trabalho (setor informal, inserção irregular - “faxineiras, lavadeiras ou domésticas”) ao analisar a situação das famílias atendidas. Além disto, a mulher é integrada ao processo de ajuda-mútua.

() Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

O programa constitui resposta a uma demanda da população, conforme se lê em documento do programa: “O Projeto Castelinho nasceu em consequência de uma solicitação da União das Comunidades da grande Fortaleza, entidade do movimento popular, dirigida ao GRET..... para implementação de um projeto de moradia para 50 famílias que haviam ocupado um terreno próximo ao Castelão...” . Embora não haja referência a mulheres no documento, em geral a presença de mulheres em movimentos de luta por moradia é significativa, caracterizando o que Elizabeth Souza-Lobo designa por as mulheres **nos** movimentos.

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Dentre as reivindicações de movimentos sociais ocorridos desde o final dos anos 70, em que a presença de mulheres foi expressiva, destacam-se as relativas à moradia.

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA INTERSECRETARIAL DE ATENDIMENTO
À TERCEIRA IDADE**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretarias Municipais de Saúde, Cultura e Esportes

Nº DE INSCRIÇÃO: 388/96

ÁREA: Idoso

MUNICÍPIO: São Paulo

ESTADO: São Paulo

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa tem por objetivos (1)Incentivar a participação do idoso na sociedade através de suas organizações e entidades representativas; (2)Melhorar a qualidade de vida do idoso, através de promoção de atividades físicas, culturais e sociais, incentivando o convívio social; (3)Diminuir a morbidade de doenças físicas e psíquicas, através de ações preventivas das doenças crônicas degenerativas e (4)Desenvolver a autonomia pessoal e grupal, através do resgate da auto-estima, da potencialidade e da capacidade crítica de cada participante.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

(x) Municipal *Secretarias Municipais da Saúde, Cultura e Esporte*

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

(x) Sim

() Não

(SE SIM)

4. (x) GOVERNAMENTAIS

(x) Mesmo nível *Secretaria de Cultura e Esporte (considerando-se a de Saúde a que deu início ao processo)*

() Outro nível

4.1. Tipo de participação Governamental

(x) Formulação/decisão

(x) Implementação/execução

(x) Controle

() Recursos financeiros

(x) Outros (Recursos humanos)

5. (x) DA SOCIEDADE CIVIL:

() ONG

() Setor privado

(x) Comunidade *Grupo da 3ª Idade “Alegria de Viver”, constituído ao longo do programa*

() Outros (especificar)

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

() Formulação/decisão

(x) Implementação/execução

(x) Controle

() Recursos financeiros

() Outros (especificar)

6. () OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1990

8. PÚBLICO-ALVO

Pessoas acima de 50 anos, de ambos os sexos.

Atendidas: 200 pessoas.

9. RECURSOS

Não orçado.

Não há recursos públicos envolvidos. Atividades são desenvolvidas com recursos gerados com atividades realizadas pelo próprio grupo, além de contribuição mensal dos próprios participantes (R\$ 2,00).

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

() Sim

(x) Não

(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Terceira Idade

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Como?

Entre os beneficiados por este programa estão homens e mulheres. Não se dispõe de dados sobre o percentual de mulheres no grupo atendido, mas deve ser expressiva esta participação, pela maior esperança de vida entre as mulheres no Brasil, por um lado, e, por outro, por maior tendência de adesão a programas como o analisado por parte de mulheres. Os documentos do programa se referem apenas a uma atividade específica na área de saúde, em particular ao atendimento ginecológico. Não se dispõe de dados sobre a tratamento de outras dimensões específicas à mulher durante as atividades do programa.

Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Dentre as propostas de movimentos de mulheres relativa à área de saúde, incluíse, no âmbito de programas de assistência integral à saúde da mulher, a relativa à criação de programas específicos para a Terceira Idade.

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria do Planejamento/Prefeitura Municipal

Nº DE INSCRIÇÃO: 061/96

ÁREA: Participação popular

MUNICÍPIO: Ipatinga

ESTADO: Minas Gerais

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa Orçamento Participativo consiste num instrumento de participação da população no processo decisório de alocação dos recursos públicos do município, através do qual os cidadãos participam da discussão e da elaboração do Orçamento Municipal. A intenção é democratizar a relação poder público-cidadão. A cidade é dividida em oito regiões, cada uma das quais escolhe delegados (um para cada 1000 habitantes) para os Conselhos Regionais do Orçamento, responsáveis pelo encaminhamento das principais reivindicações de seus bairros. No Congresso Municipal de Prioridades Orçamentárias - COMPOR, os delegados dos Conselhos Regionais e representantes de entidades da sociedade civil, com base na consolidação geral de todas as reivindicações levantadas nas diversas regiões, elegem as prioridades para o orçamento do ano seguinte.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

(x) Municipal *Secretaria do Planejamento de Ipatinga*

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

Sim

Não

(SE SIM)

4. GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível *Câmara Municipal (representantes), Observadores: Prefeituras e Câmaras da região, Associação de Municípios da micro-região do Vale do Aço etc*

Outro nível *Representantes do Governo Estadual, (observadores)*

4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (especificar)

5. DA SOCIEDADE CIVIL:

ONG *Lyons, Rotary, etc*

Setor privado *micro, pequenas e média empresas*

Comunidade *Representantes diretos da população, associações de moradores e movimentos populares, clubes de mães e creches, conselhos setoriais (saúde, educação, criança e adolescente etc.)*

Outros

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros (patrocínio - empresas)
- Outros (especificar)

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1989

8. PÚBLICO-ALVO

População do município - 200.000 habitantes

9. RECURSOS

Não discriminados

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

(SE O PROGRAMA NÃO é DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Participação popular

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Como?

A incorporação da questão de gênero não foi prevista quando o programa foi concebido. No entanto, esta dimensão tem sido incorporada pelo programa, em primeiro lugar, através da presença das mulheres como cidadãs e como representantes de associações de mulheres - Clubes de Mães e Creches, Grupos de Mulheres - nos Conselhos Regionais de Orçamento. É ilustrativa ênfase atribuída à dimensão gênero pela coordenação do programa, quando, dentre os aspectos indicativos do “sucesso” da iniciativa, destaca-se: *“A presença cada vez mais marcante das mulheres, inclusive na direção do processo. No 6º COMPOR [Congresso Municipal de Prioridades Orçamentárias] os 3 primeiros cargos mais importantes da direção executiva foram ocupados por mulheres”*.

A diretoria do Conselho Municipal do Orçamento foi assumida duas vezes por mulheres, entre 1990 e 1996, num total de seis diretorias. Em 1998, dos oito Conselhos Regionais, três serão presididos por mulheres (informações complementares obtidas em 1997).

Este programa sugere que, abertos espaços de participação, as mulheres e suas organizações se fazem representar, procurando interferir no espaço público, para que as políticas públicas reflitam suas prioridades - nem sempre prioridades que refletem questões específicas à mulher, mas sempre relativas a temas com os quais têm se engajado, relativos à melhoria das condições de vida da população pobre, envolvendo a extensão de serviços públicos.

Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Ao incorporar a representação de movimentos e organizações de mulheres no processo decisório.

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

O programa responde, não especificamente a uma demanda pelo orçamento participativo, mas à reivindicação geral por abertura de espaço para as mulheres - e as questões por elas levantadas - nas políticas públicas, e, através deste espaço, abre espaço para o atendimento de demandas postas pelos movimentos de mulheres, na área de habitação, saneamento, educação etc.

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal /Secretaria Municipal de Saúde

Nº DE INSCRIÇÃO: 415/96

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Campina Grande

ESTADO: Paraíba

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa consiste na implantação de um projeto-piloto, no bairro do Mutirão do Serrotão, de um programa de saúde voltado para a universalização do acesso, a integralidade das ações, a participação popular e o planejamento estratégico no nível local. O programa-piloto tem por objetivos (1) Prestar assistência integral à saúde das famílias residentes, (2) Mobilizar a população em torno do tema "saúde", (3) Identificar os grupos de maior risco do ponto de vista sanitário, priorizando-os na formação de grupos específicos (gestantes, desnutridos, hipertensos, diabéticos, asmáticos), (4) Estabelecer parcerias com os setores já organizados da sociedade civil e fomentar, dentro do possível, a criação de novos grupos na população residente na área adscrita ao programa, a exemplo da criação de uma Associação de Seleccionadores de Material Reciclável, cujo objetivo maior é a coleta de lixo e conseqüente geração de renda..

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

(x) Municipal *Secretaria Municipal de Saúde*

() Outros

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

Sim

Não

(SE SIM)

4. GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível *Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Urbanos*

Outro nível *Universidade Federal da Paraíba, Fundação de Ação Comunitária - esfera estadual, Companhia de Água e Esgotos da Paraíba), Ministério da Saúde (Programa Médico de Família)*

4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros *Capacitação de Grupos da comunidade, assistência técnica*

5. DA SOCIEDADE CIVIL:

ONG *BENFAM - Sociedade Civil Bem-Estar familiar no Brasil ; Projeto Nosso Irmão*

Setor privado

Comunidade *Clube de mães, associação de moradores*

Outros (especificar)

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros *Treinamento da Equipe do Programa de Saúde da Família*

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1994

8. PÚBLICO-ALVO

3.312 habitantes do bairro M. do Serrotão

9. RECURSOS

R\$ 81.481,00

Recursos: Fundo Municipal de Saúde, orçamento da prefeitura, Fundação de Ação Comunitária (estadual) e Projeto Nosso Irmão (ONG)

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Como?

Primeiramente, entre os objetivos do programa está o de desenvolver programas de melhoria das condições de saúde de grupos específicos, de maior risco do ponto de vista sanitário, incluindo o grupo de gestantes e o de desnutridos (que focaliza recém-nascidos e crianças). Além disso, o "Clube de Mães" existente no local participa ativamente da administração e do funcionamento do Centro de Recuperação Nutricional: *“Seu funcionamento tem sido possível a partir da mobilização do Clube de Mães do bairro, já que são suas componentes que, organizadas em turnos, planejam e executam as funções necessárias ao funcionamento do centro sob a orientação da assistente social da equipe”* (documento do programa, encaminhado ao Gestão Pública). Finalmente, há um trabalho de orientação ao planejamento familiar, que envolve de forma central a mulher.

Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não (Não há informações a este respeito)

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

(x) Sim

Dentre as reivindicações de movimentos sociais ocorridos desde o final dos anos 70, em que a presença de mulheres foi expressiva, incluem-se as relativas à área de saúde, como a reivindicação de extensão do acesso a serviços nesta área, com ênfase à saúde dos filhos.

Por outro lado, há ênfase no programa ao atendimento materno-infantil, com ênfase à gestante e ao atendimento a desnutridos. Isto decorre de uma das características do Programa Médico da Família que se propõe, para as populações carentes, até então excluídas do acesso à saúde, o atendimento baseado na noção de grupos de risco. Esta característica aproxima o programa de um padrão mais tradicional de atendimento, com ênfase a programas de saúde materno-infantis. No entanto, o programa inclui também orientação ao planejamento familiar.

Atende-se, assim, a proposta vinda de movimentos de mulheres relativa ao fornecimento de informações e recursos para o planejamento familiar (CARRANZA, Maria. *Saúde reprodutiva da mulher brasileira*. IN: SAFFIOTI, Heleith I. B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro/Brasília, Rosa dos Tempos/NIPAS/UNICEF, 1994).

Não chega a se configurar, no entanto, um programa de atenção integral à saúde da mulher, proposta mais recente de movimentos de mulheres, que procura superar a abordagem tradicional, centrada na atenção materno-infantil. (Ver CARRANZA, op.cit. p.96.)

() Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA DE SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL
DE FAGUNDES**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde de Fagundes

Nº DE INSCRIÇÃO: 618/96

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Fagundes

ESTADO: Paraíba

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa tem por objetivos: (1)levar até a população rural de Fagundes assistência médica e odontológica, (2)desenvolver ações de educação básica de higiene e prevenção de doenças, (3)promover ações e cuidados básicos no sentido de reverter o modelo assistencial caro, restrito e centrado no hospital, e diminuir a necessidade de cuidados especializados decorrentes do acesso tardio a serviços de saúde, aumentando a capacidade do município de resolver a nível local a maioria dos problemas de saúde que afligem a população, (4)definir o perfil epidemiológico das demandas por cuidados de saúde da população do município de modo que seja possível planejar estrategicamente as ações de saúde que devem ser empreendidas em nível local, no sentido de otimizar o uso dos recursos humanos, financeiros, de equipamentos e materiais e assim, (5)eliminar mortes precoces e sofrimentos com saúde desnecessários.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

(x) Municipal *Secretaria Municipal de Saúde*

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

Sim

Não

(SE SIM)

4. GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível *Programa de Agentes Comunitários de Saúde*

Outro nível

4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (especificar)

5. DA SOCIEDADE CIVIL:

ONG

Setor privado *A.R. Saúde Consultoria*

Comunidade *Conselho Municipal de Saúde*

Outros (especificar)

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1994

8. PÚBLICO-ALVO

População da zona rural

9. RECURSOS

R\$ 63.264,00

Fontes: - Municipais (20% dos investimentos na área de saúde)

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Como?

Dentre os grupos que o programa tem por finalidade atender, inclui-se o grupo das gestantes.

Não

13. O programa responde a movimento de mulheres ou organização de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Enquanto ação na área de saúde, que procura atingir população não atendida, responde a uma das prioridades dos movimentos de mulheres. No entanto, no que diz respeito à política de atendimento à mulher, não parece haver sido incorporada a abordagem integral proposta pelos movimentos de mulheres e explicitadas no PAISM.

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA**
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal da Saúde
Nº DE INSCRIÇÃO: 424/96
ÁREA: Saúde
MUNICÍPIO: Joinville
ESTADO: Santa Catarina
CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O programa tem por objetivo estimular a extensão da cobertura e o aumento da qualidade de atendimento no sistema de saúde, prevenir doenças e identificar fatores de risco aos quais a população está exposta, através da adoção de um novo modelo de atendimento, centrado em ações de proteção e prevenção da saúde, de forma integral e contínua. O atendimento à saúde se faz não apenas em nível ambulatorial, mas também no nível domiciliar, com atenção à família, procurando, além disto, estimular o envolvimento da comunidade com o programa.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- () Estadual
(x) Municipal *Secretaria Municipal da Saúde*
() Outros

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- (x) Sim
() Não

(SE SIM)

4. GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível *Secretarias de Educação, de Desenvolvimento Comunitário, de Obras, de Serviços Públicos, de Habitação e Saneamento e de Planejamento*

Outro nível) *Ministério da Saúde*

4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (especificar)

5. DA SOCIEDADE CIVIL:

ONG

Setor privado

Comunidade *Associação de Moradores, Associação de Pais e Professores*

Outros *Pastorais da Saúde e da Criança*

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (especificar)

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1994

8. PÚBLICO-ALVO

Meta: 30% da população do município.

Atendidos: 83.912 - 21,7% da população do município (1996)

9. RECURSOS

Custo anual - R\$ 3.147.928,00

Fontes: 86,04% - municipais

13,96% - federais

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

(x) Sim

Como?

Entre os grupos de controle (considerados grupos de risco), incluem-se o de gestantes e o de mulheres em idade fértil. Neste último caso, há um trabalho de prevenção ao câncer e de orientação ao planejamento familiar. Além disto, a mulher é mobilizada pelo programa enquanto mãe, tanto no caso da prevenção e tratamento da desnutrição infantil, como nos demais casos de saúde da criança.

() Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

() Sim

(x) Não (Não há informações que sugiram isto)

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

(x) Sim

Dentre as reivindicações de movimentos sociais ocorridos desde o final dos anos 70, em que a presença de mulheres foi expressiva, incluem-se as relativas à área de saúde, como a reivindicação de extensão do acesso a serviços nesta área, com ênfase à saúde dos filhos.

O programa, por outro lado, envolve ao lado do atendimento materno-infantil - que enfatiza o atendimento à gestante e o combate à desnutrição - ações de prevenção ao câncer e a orientação ao planejamento familiar.

Atende-se, assim, a proposta vinda de movimentos de mulheres relativa ao fornecimento de informações e recursos para o planejamento familiar (CARRANZA, Maria. *Saúde reprodutiva da mulher brasileira*. IN: SAFFIOTI, Heleith I. B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro/Brasília, Rosa dos Tempos/NIPAS/UNICEF, 1994). Amplia-se também o

espectro de mulheres atendidas, ao não se restringir a atenção às gestantes. Não há referência, no entanto, à atenção a adolescentes, à terceira idade e a um programa de educação à saúde, com ênfase a doenças sexualmente transmissíveis, que permitiriam completar o modelo de atenção integral à saúde da mulher, proposta mais recente de movimentos de mulheres, que procura superar a abordagem tradicional, centrada na atenção materno-infantil, consagrado no PAISM. (CARRANZA, *op.cit.* p.96)

() Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
FICHA ANALÍTICA**

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA HORTAS COMUNITÁRIAS**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal

Nº DE INSCRIÇÃO: 058/96

ÁREA: Assistência Social

MUNICÍPIO: Birigui

ESTADO: São Paulo

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

1. RESUMO

O projeto consiste da criação de hortas comunitárias em terrenos disponíveis da prefeitura, com o objetivo de possibilitar à população mais carente a produção de legumes e verduras, com o auxílio de técnicos da prefeitura, com custo zero para esta população, estimulando o consumo destes alimentos pela população carente. Cada família interessada recebe, por ordem de cadastramento, quatro canteiros para cultivar. Com ajuda dos técnicos da prefeitura, são preparados os solos, em regime de mutirão, e plantadas as sementes, doadas pela prefeitura.

2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

() Estadual

(x) Municipal *Secretaria Municipal de Serviço Social e a FUBEM -
Fundação de Bem-Estar Social de Birigui*

() Outros (especificar)

3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

Sim

Não

(SE SIM)

4. GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível

Outro nível

5. DA SOCIEDADE CIVIL

ONG

Setor Privado

Comunidade

Outros (especificar)

6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1983

8. PÚBLICO-ALVO

9.860 pessoas de famílias de baixa renda, com membros desempregados ou com renda inferior a 5 s.m. e aposentados com renda inferior a 1 s.m.

9. RECURSOS

R\$ 36.000,00 anuais

Fonte: recursos orçamentários

III. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

() Sim

(x) Não

(SE O PROGRAMA NÃO é DIRIGIDO À MULHER)

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Assistência social - suplementação alimentar

12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

(x) Sim

O programa não considerou a questão de gênero quando de sua implantação. Não obstante, tendo havido interesse por parte de mulheres da comunidade atendida em participar do programa, estas passaram a se envolver no cultivo de hortas, junto com os homens.

Segundo informações fornecidas pela coordenação do programa, estabeleceu-se uma tendência a uma divisão sexual do trabalho nas hortas comunitárias: *“percebendo-se assim que a mulher atua na parte de plantio, irrigação, colheita e manutenção dos canteiros, enquanto que para o homem fica o trabalho mais pesado como estaqueamento, formação de canteiros, cerca, coleta de humus, não se tornando isso [no entanto] uma regra”*.

() Não

13. O programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

() Sim

(x) Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

() Sim

(x) Não